

## Agenda

### Janeiro

- [19] Curso de verão em Psicologia Hospitalar**  
Docente Susana Alamy - Início 19/01/04. Término: 30/01/04. Informações: (31) 9141-9106, psicologiahospitalar@uol.com.br ou <http://cverao.sites.uol.com.br>

### Fevereiro

- [13] Especialização: "Neuropsicologia".**  
Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina. Inscrição: até 16/01/04. Término do curso: 10/12/04. Mensalidade: R\$ 500,00. Informações: (11) 55539-0155 ramais 164 / 201 / 220 ou no site [www.unifesp.br/dpsicobio/extensao/index.htm](http://www.unifesp.br/dpsicobio/extensao/index.htm)
- [13] Especialização: "Medicina Campormental".**  
Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina. Inscrição: até 16/01/04. Término do curso: 25/06/05. Mensalidade: R\$ 350,00. Informações: (11) 55539-0155 ramais 164 / 201 / 220 ou no site [www.unifesp.br/dpsicobio/extensao/index.htm](http://www.unifesp.br/dpsicobio/extensao/index.htm)
- [14] IV Curso: "Aconselhamento em Dependência Química".**  
Coordenação Prof<sup>o</sup> Dr. Ronaldo Laranjeira e Neliana Buzi Figlie. Inscrição: até fevereiro de 2004. Informações: (11) 5571-0493, [cursos@uniad.org.br](mailto:cursos@uniad.org.br) e [www.uniad.org.br](http://www.uniad.org.br)

### Março

- [15] Especialização: "Dependência de Drogas - da Prevenção ao Tratamento".**  
Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina. Inscrição: até 01/04. Término do curso: 13/12/04. Mensalidade: R\$ 350,00. Informações: (11) 55539-0155 ramais 164 / 201 / 220 ou no site [www.unifesp.br/dpsicobio/extensao/index.htm](http://www.unifesp.br/dpsicobio/extensao/index.htm)
- [15] Curso: "A Clínica das Psicoses".**  
Coordenação: José Waldemar Turna. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330, [cep@centropsicanalise.com.br](mailto:cep@centropsicanalise.com.br) [www.centropsicanalise.com.br](http://www.centropsicanalise.com.br)
- [16] Audiovisual: "Para Conhecer Sigmund Freud".**  
Coordenação: Rubens Riveras Valverde. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330 - [cep@centropsicanalise.com.br](mailto:cep@centropsicanalise.com.br) [www.centropsicanalise.com.br](http://www.centropsicanalise.com.br)
- [26] Debate: "Adolescência, Violência e Marginalidade".**  
Com Emir Tomazelli, Isabel da Silva Kahn Marin e Marcia Ventura Dias. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330, [cep@centropsicanalise.com.br](mailto:cep@centropsicanalise.com.br) [www.centropsicanalise.com.br](http://www.centropsicanalise.com.br)
- [26] Simpósio Internacional "Suicídio: Avanços e Atualizações".**

- Local: Centro de Convenções Rebouças. Informações: (11) 6146-0314 ou [bleventos@uol.com.br](mailto:bleventos@uol.com.br)
- [30] Curso: "Formação em Psicanálise".**  
Coordenação: Ernesto Duvidovich e Walkiria Del Picchia Zanoni. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330, [cep@centropsicanalise.com.br](mailto:cep@centropsicanalise.com.br) [www.centropsicanalise.com.br](http://www.centropsicanalise.com.br)

### Abril

- [07] Curso: "Formação em Psicanálise".**  
Coordenação: Monica Seincman. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330, [cep@centropsicanalise.com.br](mailto:cep@centropsicanalise.com.br) [www.centropsicanalise.com.br](http://www.centropsicanalise.com.br)
- [17] Pós Graduação: "Latu Sensu em Dependência Química".**  
Coordenação: Coordenação Prof<sup>o</sup> Dr. Ronaldo Laranjeira e Dr. Marcelo Ribeiro. Inscrição: janeiro à 20/03/2004. Informações: (11) 5571-0493, [cursos@uniad.org.br](mailto:cursos@uniad.org.br) e [www.uniad.org.br](http://www.uniad.org.br)

### Maio

- [13] V Congresso Brasileiro de Bioética.**  
De 13 à 15 de maio. Informações e inscrições: (81) 3463-0871 ou [www.crope.org.br/bioetica](http://www.crope.org.br/bioetica)

### Junho

- [9] XIV Confresso Brasileiro de Psicodrama.**  
De 9 à 12 de junho. Informações e inscrições: [bh2004@terra.com.br](mailto:bh2004@terra.com.br)

# psi

jornal de psicologia



crp sp

número 138 • novembro | dezembro 2003

## ENTRE NA REDE

## Psicologia ganha banco de dados virtual de pesquisa

## BANCO SOCIAL DE SERVIÇOS EM PSICOLOGIA

### Conheça os projetos em andamento

02 **Editorial**

**Conversando com o Psicólogo** Psicólogos e serviços clínicos estão submetidos à Vigilância Sanitária

**Ciência e Profissão** Acúmulo de processos nos Tribunais de Justiça expande o campo da psicologia jurídica

**06 Questões Éticas** Ética laica da psicologia reprova conciliação de procedimentos que interferem na atuação científica

**Formação** Disciplina Ética nas faculdades é questionada

**09 Opinião** Maria de Lourdes Trassi Teixeira defende, em artigo, a aplicação do ECA

**Interior** Encontro em Bauru discute maioria penal, Eca e Febem; Campinas: Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil revela despreparo profissional; seminário em Rio Preto destaca trabalho com crianças e adolescentes

**12 Seção Aberta** Psicologia lança banco de dados virtual

**Banco Social – 2ª chamada** Um projeto que começa a ganhar a sociedade

**14 Orientação** Avaliação psicológica para obtenção da Carteira de Habilitação na mira da fiscalização

**Políticas Públicas** Psicologia entra na luta pela democratização da comunicação do país

**17 Nuestra América Latina** Psicologia latino-americana busca sua identidade

**Um Mundo Melhor é Possível** Educação inclusiva, uma revolução a caminho

**20 Livros**

**Estante**

**23 Mural**

**Agenda**



### Conselho Regional de Psicologia SP

**Psi Jornal de Psicologia CRP SP** é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

#### Diretoria

Presidente | Ana Mercês Bahia Bock  
Vice-presidente | Maria da Graça Marchina Gonçalves  
Secretária | Mariângela Aoki  
Tesoureiro | André Isnard Leonardi

#### Conselheiros efetivos

Chica Hatakeyama Guimarães; Elcio dos Santos Sequeira; Elcimara Meire da Rocha Mantovani; Elisa Zanerato Rosa; Inez Guimarães Pistelli; Kátia Rubio; Wanda Maria J. Aguiar de Aguiar; Rafaela Aparecida Cocchiola; Rogério Izidro Duran; Sérgio Antonio da Silva Leite

#### Conselheiros suplentes

Adalberto Botarelli; Ana Gabriela Pedrosa Andriani; Ana Paula Pereira Jardim; Carla Bertuol; Débora Cristina Fonseca; Ednilton José Santa Rosa; Fátima Regina Riani Costa Taino; João Bosco Alves de Sousa; Maria José Medina da Rocha Berto; Vânia Conselheiro Sequeira

#### Gerente-geral

Diógenes Pepe

#### Comissão de Comunicação

Coordenador | Sérgio Antonio da Silva Leite  
Membros | Kátia Rubio, Elisa Sayeg

**Edição e textos** Aip-y Consultoria e Assessoria de Imprensa Ltda. (11) 5908-1307

**Jornalista Responsável** H. Carrizo (MTB 17.396)

**Colaboração** Perla Rossetti, Roberto Lima e Andrea Mentor

**Projeto gráfico e Edição** Fonte Design (11) 3081 5892

**Ilustrações** Juliana Migueletto

**Impressão** Super Gráfica

**Tiragem** 55.000 exemplares

**Periodicidade** bimestral

#### Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
cep 05410-020 São Paulo – SP  
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

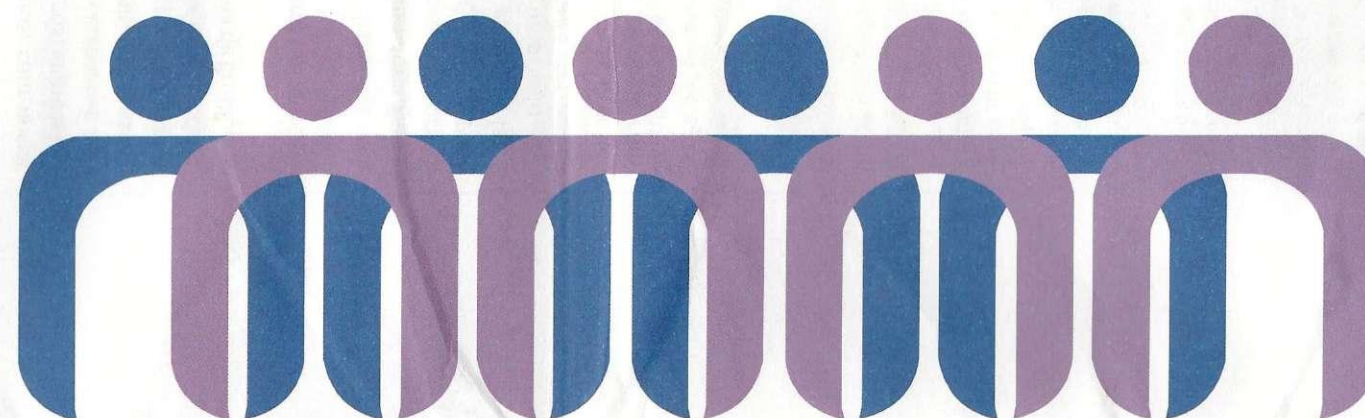
#### E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br  
Diretoria | direcao@crpsp.org.br  
Informações | info@crpsp.org.br  
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br  
Administração | admin@crpsp.org.br  
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br  
Site <http://www.crpsp.org.br>

#### Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 322 6224, 322 3932  
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020  
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516  
Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377  
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000  
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441  
São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047  
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Expediente



“Hoje, nove famílias são donas de 90% dos veículos de comunicação do País. A radiodifusão não pode ser tratada como uma lógica de mercado”

Ricardo Moretzsohn.

“A educação especial, sendo uma modalidade, não pode substituir os níveis de ensino, em classes especiais de escolas comuns, ou em escolas especiais de instituições governamentais e não governamentais.”

Maria Teresa Mantoan.

“Ao contrário do voluntário, caracterizado pela filantropia, o Banco é, na verdade, um instrumento de engajamento político com vistas no compromisso social e na abertura do conhecimento àqueles que sempre estiveram excluídos.”

Marcos Ferreira.

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, embora considerado pela ONU a lei mais avançada do mundo, ainda não foi implementado na área do adolescente infrator por descaso dos governantes e pela intolerância de setores da sociedade. Qual a justificativa plausível para mudar uma lei que não foi implantada?”

Maria de Lourdes Trassi Teixeira.

# Psicologia, Feliz 2004!

Desejar um feliz 2004, quando se trata de uma profissão, exige que se esclareçam os aspectos que estão embutidos nesta perspectiva de felicidade. Esse espaço deste editorial vai fazer exatamente isto.

Primeiro, uma profissão deve ter reconhecimento social e inserção ampla na sociedade. Isto é o que mais desejamos para a Psicologia em 2004. Queremos que ela se estenda na sociedade, tornando-se acessível a quem dela precisa e seja reconhecida como uma contribuição importante para a melhoria da qualidade de vida na sociedade brasileira. O CRP São Paulo, aliado aos outros Conselhos Regionais e ao Conselho Federal de Psicologia, trabalhou e trabalhará com empenho para isto. Talvez a iniciativa mais forte neste campo tenha sido o Banco Social de Serviços em Psicologia. São Paulo teve o orgulho de acolher a experiência piloto do projeto. Já estamos nos postos do SINE trabalhando com desempregados; no Charcot, desospitalizando 30 pacientes; e colaborando para a aplicação de medidas sócio-educativas em regime aberto. São mais de 100 psicólogos protagonistas oferecendo seu trabalho para que a Psicologia possa estar na cena brasileira. Durante 2004, estaremos dando continuidade ao trabalho e quando, no final do ano, fecharmos o projeto e produzirmos um documento de políticas públicas que incluem o serviço dos psicólogos, a ser entregue ao Governo, teremos, sem dúvida, mudado a inserção da Psicologia na sociedade brasileira.

Segundo, acreditamos que é preciso tomar a Psicologia em nossas mãos e, em conjunto, construirmos seu futuro. Com isso, nossa luta pelas diretrizes curriculares da Psicologia continua. Estaremos ao lado da ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - debatendo as diretrizes e buscando impedir que as decisões sobre a psicologia estejam nas mãos dos empresários da educação. Além disso, temos a luta dos testes psicológicos que deverá continuar, tirando das mãos dos editores as decisões sobre os instrumentos válidos na profissão. Os psicólogos querem e terão seus instrumentos de trabalho reconhecidos socialmente, porque ousaram colocá-los em avaliação e em reestruturação para que não pare dúvida sobre seu valor como instrumento de diagnóstico. Temos ainda o trabalho que envolveu milhares de psicólogos, no Brasil todo, para indicar a reformulação de nosso código de ética profissional. Queremos ter nas mãos as decisões que envolvem as regulamentações de nossa profissão. Nós sabemos valorizar a Psicologia e colocá-la a serviço da maioria da população brasileira.

Terceiro, vamos realizar, em 2004, mais um Congresso Nacional da Psicologia que deverá definir diretrizes para atuação dos Conselhos no triênio 2004/2007. De janeiro a junho, quando acontece o V CNP, os Conselhos Regionais estarão construindo um processo amplo que deverá trazer muitos psicólogos para afirmarem, por meio de teses que serão discutidas no CNP, qual futuro quere-

mos para a Psicologia. Além disso, realizaremos eleições para todos os Conselhos, inclusive o CFP. Em 27 de agosto de 2004, os psicólogos vão às urnas votar e escolher um projeto para o futuro da Psicologia no Brasil.

Em quarto lugar, podemos dizer que a felicidade da Psicologia vem também do reconhecimento de que se luta pelo que deve ser lutado. A nossa antiga briga contra a redução da idade penal no Brasil vai continuar. Estaremos ao lado de todos aqueles que sabem que essa questão é uma questão de escolha sobre a relação que se quer manter com nossos jovens e nós escolhemos a via da educação, do acolhimento e do fim da desigualdade social. Estaremos, com nossa campanha de Direitos Humanos, engrossando as fileiras da educação inclusiva.

Por fim, estaremos ampliando nossos esforços por uma Psicologia na, da e para a América Latina, fortalecendo e apoiando a ULAPSI-União Latinoamericana de Entidades de Psicologia.

2004 será um ano do futuro! Um ano carregado de projetos e lutas.

Os 52 mil psicólogos paulistas saberão construir um novo e feliz ano para a Psicologia, pois são muitas mãos e muitos corpos disponíveis para o trabalho. O CRP São Paulo, com suas oito subseções, estará ao lado da categoria profissional, cumprindo seu papel de garantir a oferta de serviços de qualidade e comprometido com as necessidades e urgências brasileiras. Teremos, com certeza, um ano feliz! ●

## Cartas

❖ Acusamos o recebimento da Edição nº 137 do jornal de psicologia do CRP-SP e parabenizamos esse Conselho pela matéria apresentada na Seção "Ciência e Profissão" sobre Psicologia Hospitalar. Continuamos à disposição desse Conselho para toda e qualquer ajuda que possamos prestar em nossa área de atividades. Atenciosamente,

Ricardo Werner Sebastiani  
Sec. Geral - Associação Brasileira de Psicologia da Saúde e Hospitalar

❖ Quero por meio desta, agradecer a iniciativa do Banco Social de Serviços em Psicologia, em especial, a Dra. Ana Bahia Bock, que está nos proporcionando desenvolver um de seus objetivos e que vêm ao encontro a grande população de psicólogos, inclusive eu. Oportunidade esta que tive ontem (15/11/03) de participar dos dois primeiros encontros, dentre muitos, da efetiva "função" psicossocial dos psicólogos. Poderemos elucidar à toda a população brasileira o papel importante de cada um de nós e sua interdisciplinidade, enfim, grupos de uma forma ou de outra, contribuindo um pouco para uma sociedade melhor.

Eu, particularmente, estarei passo a passo, realizando um dos meus objetivos: psicólogos não "analisam e tratam" de loucos. Nossos objetivos são amplos e devem, mesmo aos poucos, serem divulgados.

Obrigada por essa grande oportunidade junto aos poderes públicos e de forma concreta com apoio Federal, Estadual e Municipal.

Cristiane Fernandes do Nascimento - CRP-06

❖ Caríssimos do Banco Social de Serviços em Psicologia, CRPs e CFP, Quero parabenizar, agradecer, contemplar, festejar, louvar...Que sábado maravilhoso... (15/11/03) O evento pela manhã foi excelente, os condutores, a equipe de apoio, produção, visual, conteúdo. Fiquei feliz, orgulhosa e com a certeza irei angariar mais psicólogos colaboradores.

Psicóloga Rita Mazaro  
Osasco/SP

❖ A Associação Paulista de Psicologia do Trânsito e Transporte, que tem como um dos seus objetivos "colaborar na elaboração e aplicação de legislação relativa a Psicologia do Trânsito e Transporte", vem pela presente solicitar as

Normas Administrativas do Conselho com relação à fiscalização que o mesmo vem realizando nas clínicas de avaliação psicológica para motoristas. A finalidade desta informação é prestar esclarecimentos aos associados para que não incorram em erros passíveis de punição.

No aguardo do vosso parecer, aproveito a oportunidade para enviar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Maria Aparecida Silva Tozatto  
Presidente da APPSITRAN

Resposta da redação - Matéria sobre o tema está na seção "Orientação" desta edição do jornal.

### Errata

A matéria publicada no Psi Jornal de Psicologia edição nº 137, página 10, seção Interior tem as seguintes correções:

Em março, foi realizado o 1º Encontro Metropolitano de Mulheres, organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMMULHER), da Prefeitura Municipal de Santos, em parceria com o CRP-SP - Subseção Baixada Santista e Vale do Ribeira.

A consolidação deste espaço veio com o I Seminário Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil organizado pela Comissão de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e da Prefeitura Municipal de Santos com parceria do CRP-SP - Subseção Baixada Santista e Vale do Ribeira.

Por engano informamos que os eventos tinham sido organizados pelo Conselho Regional de Psicologia, Sub Sede Baixada Santista e Vale do Ribeira.

# Psicólogos e serviços clínicos estão submetidos à Vigilância Sanitária

Cadastramento dos profissionais permitirá o mapeamento do serviço de psicologia em todo país.

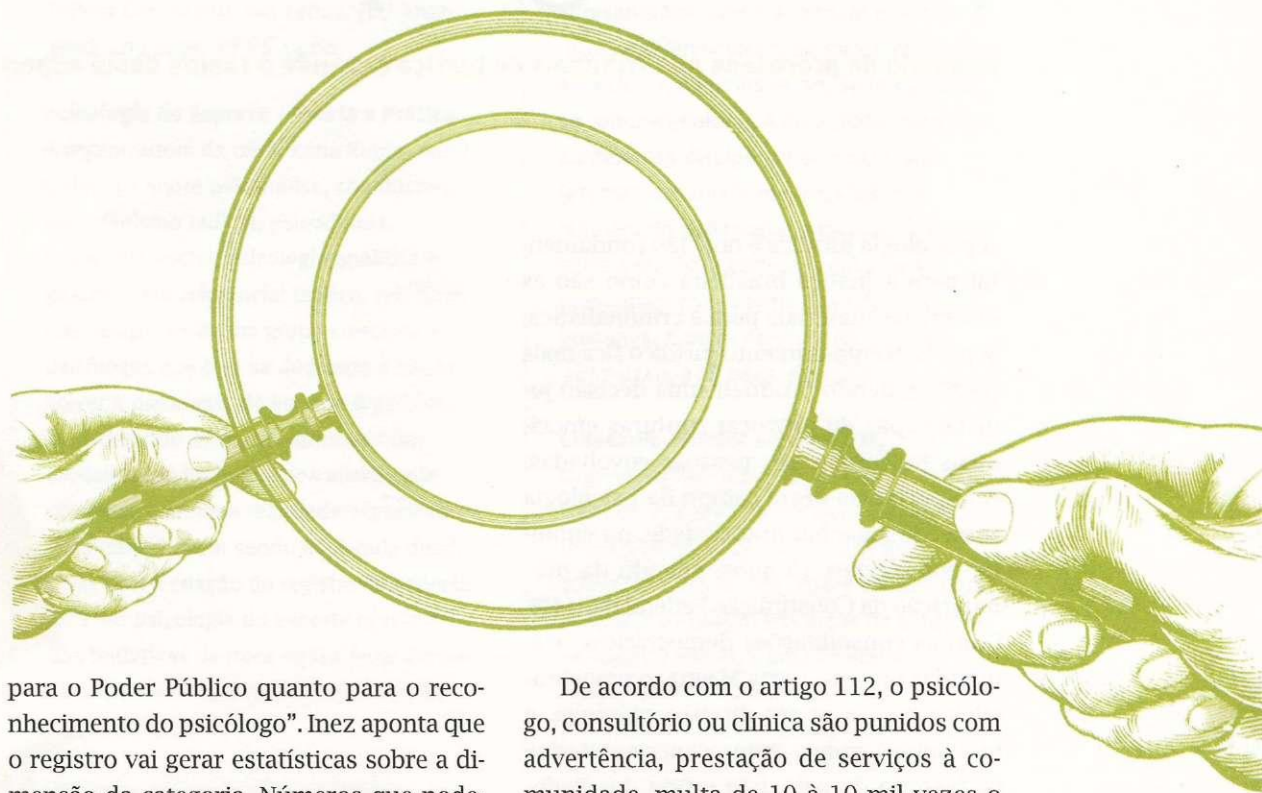
Tema que tem provocado dúvidas na classe, o cadastramento no Centro de Vigilância Sanitária (CVS) é obrigatório para todos os profissionais, consultórios e serviços da área da saúde, mesmo os que não utilizam procedimentos invasivos, categoria em que o psicólogo se enquadra.

Estabelecida em 22 de abril de 2002, a portaria CVS-3, deu início a uma corrida dos psicólogos em busca de informações sobre o novo registro. Para responder as dúvidas, a Comissão de Orientação do CRP-SP vem mantendo contato com o Centro de Vigilância Sanitária para entender o porquê de os psicólogos e consultórios terem que se cadastrar, já que não utilizam instrumentos perfurocortantes ou técnicas cirúrgicas.

Psicóloga sanitária e membro da Comissão de Ética do CRP-SP, Inez Guimarães Pistelli explica que o CVS instituiu o cadastro para todas as atividades de saúde que funcionam em locais onde circulam pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas, dermatológicas ou respiratórias.

Inez reconhece que a exigência do cadastramento para pessoas físicas e jurídicas é positiva, porque levantará informações para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) sobre os serviços de psicologia e de outros profissionais em todo o Estado. Os dados poderão ser usados para vistorias do CVS, estatísticas do Sistema Único de Saúde (SUS) e na opinião da especialista, são importantes para mostrar ao Estado e à União os recursos profissionais que dispõem e em que quantidade. Órgão da Coordenação dos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo, o CVS controla a prestação de serviços relacionados à saúde, e têm poder de polícia instituído na Lei federal 8080/90.

“Apesar de não haver taxa no ato do registro e de ser cobrada somente no licenciamento, doze meses depois, os psicólogos estão incomodados com imposto”, observa a especialista. Ela acredita que o desconforto dos profissionais é razoável. “Para abrir e manter um consultório, o psicólogo enfrenta muitos encargos tributários enquanto a demanda de atendimento é menor do que um serviço médico”, justifica. “No entanto, sob o ponto de vista de saúde pública, o cadastro é tão importante



para o Poder Público quanto para o reconhecimento do psicólogo”. Inez aponta que o registro vai gerar estatísticas sobre a dimensão da categoria. Números que poderão ser aproveitados em políticas públicas voltadas para a geração de empregos.

Ela avalia ainda que, uma vez conhecido o contingente de psicólogos no país e qual o rumo profissional que a maioria está tomando, os dados contribuirão com o posicionamento dos Conselhos de Psicologia sobre a necessidade de abertura de novas faculdades.

A taxa de licenciamento de serviços psicológicos incluindo assistência domiciliar, sem utilização de equipamentos, é de R\$ 189,59. Para atividades clínicas, com consulta e tratamento, a taxa é de R\$ 379,17. Os valores podem variar de acordo com especificações do serviço realizado pelo psicólogo, consultório ou clínica. A tabela de taxas de serviços para o ano de 2003 foi publicada no Diário Oficial do Estado em 21 de dezembro de 2002 e está prevista na Portaria CVS 16/2003.

Inez adverte que os profissionais, que não se cadastrarem após 120 dias de emissão da portaria, estão sujeitos às penalidades descritas na Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998 que dispõe sobre o Código Sanitário do Estado.

De acordo com o artigo 112, o psicólogo, consultório ou clínica são punidos com advertência, prestação de serviços à comunidade, multa de 10 a 10 mil vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (UFESP) vigente - R\$ 11,49 em valores da primeira semana de dezembro.

As punições podem ainda ser a apreensão de equipamentos, interdição parcial ou total do estabelecimento, proibição de propaganda e cancelamento de autorização para funcionamento da empresa.

A Lei 10.083 e a Portaria CVS-3 encontram-se disponíveis para consulta no site da Vigilância Sanitária ([www.cvs.saude.sp.gov.br](http://www.cvs.saude.sp.gov.br)). Lá o psicólogo encontra o formulário do Sistema de Informação em Vigilância Sanitária (SIVISA), que é necessário para efetuar o cadastramento. O formulário também pode ser obtido na sede do Centro de Vigilância Sanitária da cidade do profissional.

O psicólogo deve anexar uma cópia da carteira de identidade profissional do CRP, CIC, RG, comprovante de residência, declaração de trabalho com data, hora e local e entregar essa documentação no núcleo de atendimento, na avenida São Luis, 99, em São Paulo. Em outras regiões, informações no (11) 3257-7611 ramal 1521 ou na prefeitura da cidade do profissional. ●

“Sob o ponto de vista de saúde pública, o cadastro é tão importante para o Poder Público quanto para o reconhecimento do psicólogo”

Inez Pistelli

## ISS para psicólogos

A redução de alíquotas do ISS (Imposto Sobre Serviços) para profissionais liberais foi aprovada em outubro na Câmara Municipal de São Paulo. O projeto prevê uma redução da alíquota de 40% neste ano e de 20% em 2004. Em outubro, a prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, sancionou a Lei nº 13.656/03 que altera a legislação sobre o ISS. Pela lei, as sociedades de profissionais, incluindo clínicas de psicologia, com até dez funcionários, pagarão o mesmo que os autônomos. Isso porque o projeto, além de baixar o valor pago por profissional de R\$ 1.200 para R\$ 600, prevê que o desconto incida também sobre o imposto já reduzido. Mais informações, no site [www.crpssp.org.br](http://www.crpssp.org.br)

# Cidadania valoriza a psicologia jurídica

Acúmulo de processos nos Tribunais de Justiça expande o campo desta especialidade.

A psicologia jurídica é hoje tão fundamental para a Justiça brasileira como são as evidências materiais para a criminalística. Sem ela, o embasamento jurídico fica mais frágil, podendo produzir uma decisão judicial capaz de provocar rupturas emocionais profundas nas pessoas envolvidas. A importância deste campo da psicologia começou a ganhar notoriedade, no entanto, nos últimos 15 anos, quando da promulgação da Constituição Federal de 1988. Com as consolidações democráticas, traduzidas na nova Carta Magna, o povo brasileiro passou a ter direitos coletivos e individuais nunca antes experimentados na história do país. Isto exigiu dos Poderes democráticos, como o Judiciário, a busca de instrumentos que garantissem a cidadania prescrita pela Constituição.

Assegurar os princípios constitucionais gerou demandas que abriram espaços para vários campos do conhecimento, inclusive o da psicologia. O Poder Judiciário, por exemplo, tem recorrido cada vez mais à psicologia jurídica para contextualizar e subjetivar situações que auxiliam o juiz durante o processo e no momento de estabelecer uma sentença. Na última década, esta especialidade passou a ser reconhecida, sobretudo nas Varas de Família e nas Varas da Infância e da Juventude.

A demanda por este tipo de trabalho é hoje muito grande e envolve questões sociais de diversas complexidades: problemas decorrentes do movimento permanente de transformação da família enquanto instituição, transformação que vem produzindo atualmente desajustes como o abandono de crianças, a violência infringida ao menor, disputas pela guarda de menores e adoção.

A presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica, Fátima França, acredita que a relação entre a psicologia e o direito pode ser complementar. Segundo ela, a Psicologia Jurídica deve responder às demandas do jurídico, mas sem permitir que haja uma estagnação e uma submissão, da prática e da teoria, produzidas na relação com o jurídico. "Esta área, como

ciência autônoma, deve ir além das solicitações do mundo forense, inclusive, repensar se é possível responder sob o ponto de vista psicológico, a todas as perguntas que lhe são lançadas pelo jurídico", afirma.

Fátima França observa que, no Brasil, são inegáveis os avanços dos profissionais em setores mais tradicionais, como a Psicologia Penitenciária, a Psicologia Criminal, a Psicologia Jurídica e as Questões da Infância e Juventude, Psicologia Jurídica e Direito de Família. Em 1984, na Universidade de São Paulo não se oferecia nenhuma disciplina ou oportunidade de estágio que preparasse o aluno especificamente para o exercício deste tipo de trabalho, fato que se pode verificar ainda hoje. No entanto, falar de teoria era, naquela época, um refinamento, já que, no

início, o psicólogo que abraçava esta causa não dispunha sequer de sala onde pudesse trabalhar no Tribunal. A precariedade tomava conta deste campo.

A presidente da ABPJ sugere que os profissionais se reorientem para áreas ainda pouco desenvolvidas, mas de igual importância, como a Psicologia do Testemunho, a Psicologia Policial/Militar, Psicologia Jurídica e Direito Cível. Ela acrescenta que os setores denominados como não tradicionais ou mais recentes, como a Proteção à Testemunhas, Psicologia Jurídica e Direitos Humanos, Autópsia Psíquica, dentre outros, necessitam de maior desenvolvimento por parte dos especialistas e dos cursos de formação.

Dados resultantes dos trabalhos apresentados durante o III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica revelam que este campo da psicologia no Brasil necessita crescer não só na quantidade de profissionais atuantes e na qualidade do trabalho desenvolvido por eles, mas, também, intensificar quantitativa e qualitativamente as publicações. "O registro da prática e trabalhos teóricos fomentam e enriquecem o caráter científico da psicologia jurídica e, conseqüentemente, em



“A psicologia jurídica deve ir além das solicitações do mundo forense e repensar se é possível responder, sob o ponto de vista psicológico, a todas as perguntas que lhe são lançadas pelo jurídico”

Fátima França

## Para entender

**Psicologia Criminal:** trata do fenômeno delinqüencial, das relações entre Direito e Psicologia Jurídica, intervenção junto aos Juizados Especiais Criminais, perícia, insanidade mental e crime, estudo sobre o crime, trabalho com egressos, penas alternativas (penas de prestação de serviço à comunidade).

**Psicologia Penitenciária ou Carcerária:** trata de estudos sobre reeducandos, intervenção junto ao recluso, prevenção de DST/AIDS junto à população carcerária, atuação do psicólogo, trabalho com agentes de segurança, stress em agentes de segurança penitenciária.

**Psicologia Jurídica e as Questões da Infância e Juventude:** atua fazendo avaliação psicológica na Vara da Infância e Juventude, violência contra criança e adolescente, atuação do psicólogo, proteção do filho nos cuidados com a mãe, infância e adolescência e conselho tutelar, supervisão dos casos atendidos na Vara, adoção, crianças e adolescentes desaparecidos, intervenção junto às crianças abrigadas, trabalho com pais, adolescentes com prática infratora, infração e medidas sócio-educativas, prevenção e atendimento terapêutico, atuação na Vara Especial e estudos sobre adolescentes com prática infratora.

**Psicologia Jurídica:** investigação, formação e ética. A formação do psicólogo jurídico inclui supervisão, estágio, questões sociais e legais, relação entre direito e psicologia jurídica, pesquisa em psicologia jurídica, Psicologia Jurídica e Ética.

**Psicologia Jurídica e Direito de Família:** aborda questões como a separação, atuação do psicólogo na Vara de Família, relação entre psicologia jurídica e direito, paternidade, legislação, acompanhamento de visitas, perícia, disputa de guarda, atuação do assistente técnico.

**Psicologia do Testemunho:** atua no caso de falsas memórias em depoimentos de testemunhas.

**Psicologia Jurídica e Direito Civil:** acidentes de trabalho, psicologia e judiciário.

**Psicologia Policial/Militar:** treinamento e formação básica em Psicologia Policial, avaliação pericial em instituição militar, implantação do curso de direitos humanos para policiais civis e militares.

**Proteção à Testemunha:** trabalho multidisciplinar num programa de apoio e proteção a testemunhas, vítimas de violência e seus familiares.

**Autópsia Psicológica:** avaliação retrospectiva mediante informações de terceiros.

tese, possibilita a melhora da prática. Assim, temos os conhecimentos científicos e o da prática profissional mais próximos", avalia Fátima França.

A consequência deste desenvolvimento, segundo ela, é uma contribuição mais efetiva da psicologia para as políticas públicas, tendo em vista que a psicologia jurídica lida com questões onde há o rompimento do tecido social e que são tratados no sistema da Justiça. E quanto mais qualificada a psicologia jurídica, mais o profissional poderá assegurar ao indivíduo seus direitos. Esta qualificação viria por meio de publicações e encontros científicos para a produção de conhecimentos que pudessem ser aplicados no meio jurídico. "Criar estes fóruns é uma das metas e funções da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica", complementa.

Dentro da esfera burocrática, o profissional luta por manter uma conquista de longos anos: condições de trabalho adequadas, instalações que assegurem, no recinto do Tribunal de Justiça, privacidade aos entrevistados, aquisição de materiais necessários para a confecção dos estudos de caso, financiamento de cursos e supervisões. Ao mesmo tempo, o Judiciário vem abrindo concursos públicos para psicólogos jurídicos na mesma medida em que se avolumam os processos nos Tribunais de Justiça, que não são poucos.

Isto tem exigido cada vez mais um aprofundamento teórico e de pesquisa da psicologia jurídica, em razão da importância que representa hoje no meio forense. ●

## INFORME PUBLICITÁRIO



**Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da FMUSP** através do seu Centro de Estudos em Psicologia da Saúde (CEPSIC), iniciará em março/04, os Cursos de Extensão (120h) Especialização (500h), nas áreas de:

- Psicologia Hospitalar
- Neuropsicologia
- Distúrbios alimentares e obesidade

Destinado a:

**Cursos de Extensão:** psicólogos, estudantes de psicologia e profissionais da área da saúde.

**Curso de Especialização:** Psicólogos  
Inscrições: até 10/02/04, início: março/04  
Informações: tel. (011) 3069-6459 ou 3069-6188 Fax (011) 3064-5843.  
e-mail: dipichc@hcnet.usp.br  
site: www.cepsic.org.br

## PÓS GRADUAÇÃO lato Sensu- Especialização 2004

### ARTE INTEGRATIVA

Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos da arte, mostrando como a atividade artística é central em processos de mudanças, e como a arte vem rompendo fronteiras e integrando áreas diversas, como a psicologia, a física, e a antropologia além de ser aplicada nos campos da saúde, do social e da educação.

Coordenação: Alexa B. Leirner - Mestre Integrative Arts Psychotherapy - I. A.T.E (Institute for Arts in Therapy and Education) Londres -UK, alexa\_ceu@anhembi.br

### CAPACITAÇÃO DOCENTE EM MÚSICA BRASILEIRA

Preparar profissionais capazes de conjugar fundamentos musicais e pedagógicos em uma prática educacional calcada nas dimensões, valores e leis próprias da múltipla tradição musical brasileira.

Coordenação: Marli Batista Ávila- Mestre em Educação Musical. Presidente da Sociedade Kodaly do Brasil. E Membro do Conselho Diretor do Conservatório Musical Brooklin Paulista. barmamar@terra.com.br

### DANÇA POPULAR BRASILEIRA PARA MULTIPLICADORES CULTURAIS

Fornecer as ferramentas científicas, artísticas e pedagógicas necessárias ao desenvolvimento do educador, interessado na utilização das tradições populares de dança brasileira. Coordenação: Marianna F. M. Monteiro - Doutora em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas USP. marianna.francisca@terra.com.br

Informações e inscrições:

Pelo site: www.anhembi.br, 0800 159020, 38473118

Central de Atendimento: Rua Quata 56 V. Olímpia

E-mail: poslato@anhembi.br



## Cursos de Especialização Para Psicólogos

Psicologia Jurídica  
Psicologia Hospitalar  
Psicologia Organizacional e do Trabalho  
Psicologia Clínica: Psicologia da Infância  
Psicologia Clínica: Psicologia da Adolescência  
Psicologia Clínica: Psicoterapia Breve - Infantil  
Psicologia Clínica: Psicoterapia Breve - Adultos  
Psicologia Clínica: Intervenções Preventivas na Crise

2 anos - 560 horas

Um encontro semanal/presencial + atividades práticas  
Semestralidade: matrícula R\$165,00 + 5 x R\$330,00  
Turmas com início em fevereiro de 2004

## IPPESP

INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA  
ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA  
CRP PJ 06/2686

### EPSP Escola de Psicologia de São Paulo

Coordenação:

Dr. Joaquim Gonçalves Coelho Filho

Proposta pedagógica do Instituto, conteúdo programático dos cursos, relação do corpo docente, horário das aulas e resoluções do CFP sobre Cursos de Especialização no site:

www.ippesp.com.br

## Cursos de Extensão Expansão cultural para as áreas de Psicologia e afins

O Amadurecimento Humano em Winnicott  
Psicologia e Hospital: Enquadres Diferenciados  
Psicossomática Psicanalítica - A Escola de Paris  
Ser e Criar: A Clínica Winnicottiana da Maternidade  
Psicologia Jurídica com Enfoque em Vara de Família  
Ser no Tempo e no Espaço: Envelhecimento Humano  
A Psicopatologia Winnicottiana e o Ser e Fazer Clínico  
Psicologia de Emergência: Manejo do Stress e Burnout  
A Clínica Winnicottiana da Privação: A Escuta e o Olhar  
A Psicologia nas Organizações: Possibilidades e Limites

4 meses - 64 horas,

Um encontro semanal - Mensalidade: R\$132,00 (x4)

Turmas com início em fevereiro de 2004

# Atitude religiosa e científica: distinção é exigência para a prática profissional

**Ética laica da psicologia reprovou conciliação de procedimentos que interferem na atuação científica.**

A questão das possíveis relações entre as religiões e a prática terapêutica tem provocado debates entre a categoria. Conselheira do CRP-SP, Wanda Maria Junqueira de Aguiar afirma que, na análise do Sistema Conselhos, a religião e a prática da psicologia devem estar absolutamente separadas. Ela comenta que há tempos os psicólogos cristãos e outros religiosos têm procurado os Conselhos de Psicologia para a necessidade de uma discussão mais ampla sobre a matéria. Para dar conta da demanda, o Conselho Federal e o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo realizaram o Simpósio "Psicologia e Religião - A Ética Laica da Psicologia", nos dias 17 e 18 de outubro, em São Paulo.

O evento contou com a participação de profissionais estudiosos do assunto e com a presença de aproximadamente 400 psicólogos. Madel Therezinha Luz, doutora em ciências sociais e pesquisadora do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), alertou para a diferença de paradigmas entre ciência e religião. "Todo dia se deve cuidar para que a religião não invada a ciência", disse a especialista que acredita que a ciência não pode tomar o lugar da transcendência no sujeito, da espiritualidade e da relação com o sagrado.

O professor do departamento de sociologia da USP, Antônio Flávio Pierucci partiu da idéia do Estado laico, sem religião, para

afirmá-lo como a única possibilidade de liberdade religiosa, na medida em que não exclui nenhuma religião. A ciência, disse Flávio, não pode ter religião. Ele comparou estes dois saberes, separando-os. "A religião pretende a verdade; e a ciência sabe que é provisória. A religião nos mergulha no passado, a ciência é sempre nova".

Odair Furtado, presidente do CFP, disse que a intenção do evento foi consultar todos os interessados no assunto para chegar à melhor decisão de como normatizar essa relação. Membro da comissão organizadora do simpósio, Wanda afirma que os psicólogos participaram das discussões e concordaram que a ciência é uma coisa e a religião é outra. "Mas na prática profissional, percebemos que há controvérsias sobre como essa religiosidade do psicólogo pode comprometer a relação terapêutica e em que medida a religiosidade atravessa as técnicas psicológicas".

Paulo Suess, doutor em teologia, e a psicóloga pelo Programa de Ciências da Religião da PUC-SP e presidente da Associação Brasileira de Psicólogos Espíritas - ABRAPE, Ercília Pereira Zilli Tolesano, debateram a questão da ética. Na mesma mesa de debates, Carlos Drawin, psicólogo, analisou a disfunção entre ética e religião; ética e ciência. "A razão que funda a ética que não é religiosa, nem científica, é autônoma. A base da ética é o reconhecimento de que todos são sujeitos au-

**“Mas na prática profissional, percebemos que há controvérsias sobre como essa religiosidade do psicólogo pode comprometer a relação terapêutica e em que medida a religiosidade atravessa as técnicas psicológicas”**

Wanda Maria Junqueira de Aguiar

## Atualizações no Código de Ética

Compromisso com trabalhos transformadores na psicologia foi um dos focos principais do Fórum Nacional de Ética, que ocorreu nos dias 7, 8 e 9 de novembro em Brasília.

Previsto para dois dias, o Fórum Nacional de Ética, que aconteceu no início de novembro, em Brasília, estendeu-se em razão do grande volume de teses encaminhadas pelos Fóruns Regionais. Foram cerca de 400 propostas estudadas nos grupos de trabalho e na plenária do Fórum, para serem encaminhadas à Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos (APAF).

Uma minuta do novo código deverá ser elaborada para análise da APAF, em maio do próximo ano. Depois de reformulado e aprovado, o novo Código de Ética será divulgado provavelmente entre os meses de maio e junho de 2004.

Elisa Zaneratto Rosa, membro da Comissão Organizadora do Fórum Regional de Ética em São Paulo e do Fórum Nacional, relata que apesar da variação dos temas abordados nas teses, as propostas de alteração mais significativas indicam a necessidade de mudanças voltadas para uma perspectiva cidadã. "A intenção é apontar mais claramente a questão do compromisso social da psicologia como um princípio que atravessa o Código de Ética em vários de seus dispositivos. Dessa forma, o Fórum insistiu em questões como a participação e o compromisso dos psicólogos com movimentos sociais voltados à perspectiva da cidadania e a questão da defesa dos direitos da sociedade", explica.

Elisa comenta que de forma geral as teses não propuseram mudanças do código em termos estruturais. "Procuramos garantir que o novo documento aponte diretrizes para a intervenção do psicólogo e que não se caracterize como um conjunto de regras específicas de conduta moral", diz.

A delegação de São Paulo foi formada pelas psicólogas Maria Cristina Pellini e Fernanda Magano, eleitas delegadas no Fórum Regional e pela conselheira do CRP-SP, Fátima Regina Riani Costa, indicada como delegada da Plenária do CRP-SP.

## Processos Éticos

É com muito orgulho e satisfação que estamos inaugurando um novo espaço no nosso jornal e queremos, nesta edição, anunciá-lo aos nossos leitores, compartilhando, assim, essa proposta. Falamos de orgulho e satisfação porque acreditamos que esse espaço representa uma preocupação, um cuidado e um investimento com a dimensão ética da nossa atuação profissional, investimento este que queremos que seja efetivamente de todos nós.

Neste espaço nós vamos trazer, a cada edição, o desenrolar de um processo ético já julgado por este Conselho. Procuraremos, sem identificar as partes envolvidas, apresentar a ação objeto da denúncia, o que ficou caracterizado ao longo do processo, construindo em seguida uma reflexão sobre a dimensão ética envolvida naquela atuação profissional, tendo como referencial o nosso Código de Ética Profissional.

O CRP-SP vem trabalhando intensamente na apuração das denúncias éticas que são encaminhadas a este órgão. Temos hoje cerca de 180 processos em diferentes fases, que têm como objeto de denúncia variadas esferas da atuação profissional: produção de documentos escritos; envolvimento de diversas ordens, gerando prejuízo ao atendido; associação da Psicologia a práticas não reconhecidas; preconceito; quebra de sigilo, dentre outros. O investimento que este Conselho tem feito na apuração dos casos denunciados, levando, sempre que entendemos ter ocorrido uma falta ética, à penalização do profissional, tem como princípio o cumprimento de sua função de ser um órgão disciplinador, que em defesa da sociedade procura garantir a qualidade, também ética, do trabalho do profissional, tomando as providências cabíveis quando este faltar com a ética. Contudo, entendemos que nossa função não termina por aí. Temos pensado a ética profissional, dialeticamente, numa outra dimensão. Queremos que a Ética possa ser um guia ao trabalho do psicólogo; mas não um guia de respostas acerca do que lhe é ou não é permitido, do que pode ou não pode fazer, ou de que conduta deve tomar em cada situação específica. Queremos, sim, que os psicólogos possam se aproximar e se ocupar da dimensão ética de seu trabalho, buscando aí uma orientação acerca da direção do mesmo: com qual projeto de sociedade quero me comprometer? Meu trabalho compactua com este projeto? A que serve a minha intervenção profissional? O que esta decisão significa para os sujeitos nela implicados e para a realidade da qual são atores? É com esta reflexão ética que queremos ver a nossa categoria implicada e é esta a reflexão que deve atravessar a sua atuação profissional.

Nós queremos cuidar disso! E avaliamos que temos cuidado da Ética profissional de diversas maneiras. Criamos espaços de reflexão para construir proposições à atualização do nosso código. Mantemos o Conselho como espaço de orientação ao profissional. Temos constantemente trazido matérias que abordam diferentes questões referentes à ética. Temos procurado produzir referências à atuação do psicólogo, garantindo sua participação neste processo. Temos a Ética como dimensão que atravessa todas as nossas ações. Cuidamos de nossos processos éticos...

E agora criamos este espaço! Mas este espaço só faz sentido se vocês, leitores, refletirem conosco, se vocês pensarem sobre esta dimensão ética que aqui procuraremos salientar. Por isso, a importância de vocês dividirem conosco suas reflexões. Queremos que vocês tragam questões, queremos que possam nos apresentar assuntos, áreas, temas que queremos ver aqui exemplificados, pensados, refletidos. Queremos ouvir a sua reflexão diante daquela construída por nós.

Para isso, disponibilizamos nosso e-mail: [etica@crpsp.org.br](mailto:etica@crpsp.org.br). Escrevam, mandem sugestões, pensem conosco! Até a próxima edição!

tonômicos". Para Drawin, a psicologia deve submeter-se a uma ética secular e laica. "A convicção do terapeuta não pode prevalecer sobre a autonomia do cliente.

Chica Hatakeyama Guimarães, coordenadora da Comissão de Orientação do CRP-SP, afirma que misturar psicologia e religião em sessões de terapia é uma das infrações cada vez mais cometidas por psicólogos. Ela explica que problemas políticos e econômicos, a violência e o desemprego, interferem no trabalho terapêutico do psicólogo, que, movido por um mecanismo de defesa diante da insegurança perante a vida, pode chegar a cometer transgressões.

**Caráter laico-** O psicólogo Marcos Ferreira, convidado pelo CRP-SP para coordenar as mesas do evento, admitiu que o assunto é tenso do ponto de vista da construção da psicologia no Brasil e que não se pode permitir tratar a homossexualidade como doença, resultado de um julgamento religioso. Ele reforça que a ética da psicologia é laica, não religiosa, o que evita inclusive que uma religião tome conta da prática profissional.

Ele avaliou que, em diferentes momentos do seminário, foi possível constatar a relevância da afirmação do caráter laico da ética e da prática profissional. Para ele, uma ética profissional, que deixasse de ser laica imediatamente, colocaria em risco os profissionais cuja religiosidade diferisse daquela que fosse a dominante na definição dos postulados éticos. Qualquer postulado inspirado em alguma forma de religiosidade ou fé tem como primeira exigência a sua generalidade para o universo geral dos profissionais, isto é, a exigência de ter sua importância garantida de forma independente da sua origem.

Neste contexto é que foi reafirmado durante o seminário que a relação possível entre fé e prática profissional restringe-se ao respeito do profissional pela opção religiosa do cliente. "Não é papel do psicólogo induzir o cliente a qualquer tipo de orientação religiosa, nem utilizar sua fé como fonte de legitimação de seus procedimentos e teorias psicológicas. Mesmo quando o profissional seja conhecido por alguma vinculação a algum tipo de religiosidade ou fé, e até ter sido procurado em virtude dessa vinculação, sua prática profissional se mantém restrita aos parâmetros da ciência psicológica, tal qual ela é reconhecida pela academia e pelos Conselhos de Psicologia.

O tema está previsto no Código de Ética Profissional do Psicólogo, que veda ao terapeuta induzir a pessoa atendida à convicção religiosa, política, moral ou filosófica. Quanto às técnicas psicológicas, só são aprovadas as reconhecidas pela ciência, conforme a Resolução 10/2000 do CFP.

Para evitar imperícias no *setting* terapêutico, o coordenador da Salus Rede Cristã de Profissionais da Saúde, Ageu Heringer Lisboa, sugere que o psicólogo tenha consciência de seus valores. "É uma pré-condição para que ele entenda que está diante de uma outra pessoa com seu próprio histórico. Por isso, quem tem de falar é o cliente, nós terapeutas temos de acompanhar o outro".

A psicóloga Ercília Pereira Zilli Tolesano também reconhece que o psicólogo não deve discutir seus conceitos com o cliente, para não incorrer numa postura inadequada. "A teoria é que dá legitimidade à prática psicológica e não a religião", resume o conselheiro do CRP-SP, Sérgio Leite.

Em março o CRP-SP disponibilizará o vídeo do Simpósio "Psicologia e Religião - A Ética Laica da Psicologia. Acesse [www.crp.org.br](http://www.crp.org.br), seção Serviços, clique em Produtos & Produtos. ●

#### INFORME PUBLICITÁRIO

### 4 Estações

Instituto de Psicologia  
Curso de Especialização (360hs): Teoria, Pesquisa e Intervenção em LUTO  
Coordenação: Gabriela Casellato, Luciana Mazorra, Maria Helena Pereira Franco, Valéria Tinoco.  
Inscrições de 2 a 6/2/2004 / Seleção de 9 a 13/2/2004  
Início das aulas: 1/3/2004, às 19hs.  
[www.4estacoes.com](http://www.4estacoes.com)  
tel: (11)3891-2576 / fax (11) 3891-0852 São Paulo - SP

### Instituto de Terapia de Família e Casal de Campinas - ITFCCPS

Processo seletivo 2004

#### Curso de formação em terapia sistêmica de família e casal

Inscrições: dez/2003 a mar/2004  
aula uma vez por mês, aos sábados  
duração 4 anos  
Tel/fax: (19) 3242 2823/3212 2677  
email: [terapia@familia.med.br](mailto:terapia@familia.med.br)  
[www.familia.med.br](http://www.familia.med.br)



### Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

#### Especialização em Dependência de Drogas, 2004

carga horária: 380 horas  
Informações:  
[valeria@psicobio.epm.br](mailto:valeria@psicobio.epm.br)  
tel: (11) 5539-0155, r:220  
[www.unifesp.br/dpsicobio/uded.htm](http://www.unifesp.br/dpsicobio/uded.htm)

### INSTITUTO DE PSIQUIATRIA E PSICOTERAPIA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - IPPIA S/C LTDA

- Credenciado pelo Depto. de Psicoterapia da Associação Brasileira de Psiquiatria  
- Direção: Dra. Amélia Thereza de Moura Vasconcelos - Psiquiatra e Psicanalista  
FORMAÇÃO/REICLAGEM EM PSIQ.E PSICOTERAPIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
Duração: 2 anos, 10 hs. semanais. Destinado à Médicos e Psicólogos. Início: Fevereiro 2004  
Fundamentação Teórica com referencial psicanalítico e Atendimento Ambulatorial c/ Supervisão.  
Informações: Al. Santos, 2384 sala 01 Fone/fax: (11) 3082-0180 Fone: (11) 3081-0978.  
Home Page: [http://geocities.yahoo.com.br/ippia\\_web](http://geocities.yahoo.com.br/ippia_web) e-mail: [ippia@yahoo.com.br](mailto:ippia@yahoo.com.br)

Você sabia que o CFP reconheceu a acupuntura como recurso complementar no trabalho do psicólogo? Que o Ministério do Trabalho e Emprego reconheceu a ocupação do Psicólogo acupunturista?

Você sabia que os Psicólogos dispõem de um centro clínico e educacional especializado nas áreas da Psicologia e Acupuntura, desde 1987?

Se quiser saber mais, seja bem vindo no:

[www.psicologiaeacupuntura.com.br](http://www.psicologiaeacupuntura.com.br)  
ou pelo tel: 011 6918-9401

### Sociedade Brasileira Ramain - Thiers

Formação Ramain - Thiers I

Sociopsicomotricidade Ramain - Thiers como instrumento que desperta o emocional, fundamentada na psicanálise e aplicada à grupos de crianças, adolescentes e adultos.

Duração: 3 anos  
Informações e Inscrições: (11) 5575-1538  
e-mail: [helomuneratti@uol.com.br](mailto:helomuneratti@uol.com.br)

## Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento Para 2004



- ✓ A Adolescência na Contemporaneidade
- ✓ A Linguagem e a Constituição Da Individualidade
- ✓ Acompanhamento Terapêutico
  - ✓ Arte do Movimento
  - ✓ Arte Terapia
- ✓ Atendimento em Orientação Familiar e Processos Psicoterapêuticos
- ✓ Cinesioterapia Psicológica - Integração Físio-Psíquica
- ✓ Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma
- ✓ Conhecendo e Capacitando o Indivíduo para seus Múltiplos Contextos de Ação
  - ✓ Curso Básico de Arte Terapia
  - ✓ Formação em Clínica Reichiana
  - ✓ Formação em Psicanálise
  - ✓ Formação em Psicopedagogia: Atendimento Clínico e Institucional
  - ✓ Formação em Psicodinâmica
  - ✓ Fundamentos da Psicanálise e sua Prática Clínica
  - ✓ Gerontologia Social
  - ✓ Gestalt Terapia
  - ✓ Orientação Vocacional
  - ✓ Psicanálise - Teoria e Clínica
  - ✓ Psicanálise da Criança
  - ✓ Psicanálise no Hospital Geral
    - ✓ Psico-oncologia
    - ✓ Psicodrama
  - ✓ Psicodrama em: Jornada de Teatro
  - ✓ Psicologia do Esporte
  - ✓ Psicologia Jurídica
- ✓ Psicologia Social das Organizações
- ✓ Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea
  - ✓ Psicossomática
  - ✓ Psicoterapia Breve
- ✓ Psicoterapia de Casal de Base Psicanalítica
- ✓ Psicoterapia de Orientação Junguiana Coligada a Técnicas Corporais
- ✓ Psicoterapia Psicodinâmica da Pré-Adolescência e Adolescência
- ✓ Um Percorso na Obra de Winnicott
- ✓ Violência Doméstica: Psicoterapia e Profilaxia numa Perspectiva de Atendimento Interdisciplinar

#### INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

A partir de novembro de 2003  
Rua Ministro Godoy, 1484  
Perdizes, São Paulo/SP  
Tel: 3866-2730 - 3866-2731 - 3866-2732  
3866-2733 - 3866-2734 - 3866-2766  
[Http://www.sedes.org.br](http://www.sedes.org.br)  
E-mail: [sedes@sedes.org.br](mailto:sedes@sedes.org.br)

#### CEP

CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

#### Inscrições Abertas CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE

Coordenação: Ernesto Duvidovich e Walkiria Del Picchia Zanon  
Início: março de 2004 / Duração: 6 semestres  
Horários: 3ª feira: das 19h30 às 22h30 ou 5ª feira: das 18h às 21h  
Informações: 11 3864-2330 / 3865-0017  
Rua Alm. Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu / SP  
[www.centropsicanalise.com.br](http://www.centropsicanalise.com.br) / [cep@centropsicanalise.com.br](mailto:cep@centropsicanalise.com.br)



# Os desafios para a disciplina Ética Profissional

**Qualidade no desenvolvimento da disciplina determina decisões profissionais e constrói a imagem social do psicólogo, garantem os professores.**

A dificuldade de psicólogos recém-formados em lidar com situações conflitantes da atividade psicológica tem sido identificada pela Comissão de Ética do Conselho de Psicologia de São Paulo. Uma das raízes do problema pode estar na formação dos profissionais. Os métodos de ensino da disciplina, essencial para a correta distinção de valores aplicáveis na atuação da categoria na graduação, estão sendo questionados.

Brônia Liebesny, professora de ética profissional e membro do departamento de Psicologia Social da PUC-SP, comenta que psicólogos com poucos anos de formação nem sempre sabem elaborar pareceres e laudos ou tratar de temas mais complexos e que, em alguns casos, agem com onipotência. "É prematuro traçar um quadro sobre a qualidade da formação de ética nas faculdades de psicologia, mas posso imaginar que a disciplina não está sendo divulgada e discutida o bastante para que a atividade profissional seja transformadora", suspeita ela.

Integrante da comissão de instrução do CRP-SP, Liebesny questiona se os estudantes de psicologia estão tendo a oportunidade de discutir o Código de Ética em sua amplitude e como enxergam a responsabilidade de sua atuação. "A tomada de decisões profissionais é que constrói a imagem do psicólogo perante a população".

Ela acredita que é através da disciplina de ética que o aluno tem espaço para aprender e discutir todas as atividades preventivas da psicologia e as possibilidades do profissional em desenvolver trabalhos mais amplos de promoção da saúde.

Preocupados com a abordagem pedagógica dos professores, Elisa Tomoe Moriya Shclünzen e Klaus Shclünzen Júnior, docentes da Universidade Estadual Paulista (UNESP), afirmam no livro "Estudos sobre Ética - A Construção de Valores na Sociedade e na Educação" que a maioria dos ambientes de aprendizagem não au-

xiliam o indivíduo em seu desenvolvimento social, ético, afetivo, emocional e político. Para eles, os educadores estão transmitindo informações de forma instrucionista, numa sociedade em crise social que precisa de mudanças no tratamento do conteúdo pedagógico, com integração da tecnologia para resgatar os valores humanos dos alunos.

Certa do papel da ética, a doutora em psicologia clínica e coordenadora geral do curso na Universidade Paulista (UNIP), Gohara Yvette Yehia, reforça que só tratar o aspecto ético no último ano de graduação não é suficiente, mesmo condensando-o em questões filosóficas e de ética profissional.

Na Faculdade Paulistana (FAPA), a disciplina é dada nos 3º e 4º semestres, comenta a doutora em psicologia clínica e coordenadora do curso, Yuristella Yano. "Primeiramente a ética é abordada sob o enfoque da cidadania e em seguida da atuação profissional do psicólogo".

Os estágios só acontecem no 5º ano, mas desde o 3º os alunos participam das visitas técnicas em instituições e hospitais, para observação sem intervenções. A exemplo do que acontece na PUC, o assunto é retomado ao longo da graduação em aulas de aplicação de testes ou de técnicas psicoterápicas. Yuristella Yano ressalta que é exigência da instituição que o professor da disciplina de ética seja um psicólogo atuante em alguma associação de classe ou de um conselho de psicologia.

"O risco de o aluno não assimilar bem os conceitos éticos trabalhados em aula em razão de uma formação moral e ética comprometida anteriormente, é possível", pondera a coordenadora. Ela ressalta que a formação não acontece da noite para o dia, mesmo que o tema seja discutido através de outras disciplinas. "É um processo de vida."

Brônia Liebesny acredita que o aprendizado de ética está mais relacionado à prática profissional; por isso a disciplina precisa ser ministrada no final do curso. "Dá-la antecipadamente e sem continuidade mantém a reflexão só no nível teórico e diminui a clareza do tema para o aluno", explica. Na PUC são analisadas as bases epistemológicas antes da ética, ministrada no 4º ano, quando o aluno começa o atendimento em serviços. Mas ela recomenda que as faculdades, antes de ministrar a disciplina de ética, convoque o estudante a pensar sobre sua concepção de homem e de mundo para que a ética, no futuro profissional do psicólogo, seja melhor compreendida e aplicada. Nesse sentido, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), presidida por Inara Leão, concentra suas ações na promoção de subsídios e intercâmbios entre as entidades formadoras de ensino superior de psicologia no país, a fim de capacitar continuamente os docentes. Além do site da instituição, os subsídios podem ser consultados na Biblioteca Virtual de Psicologia ([www.bvs-psi.org.br](http://www.bvs-psi.org.br)).

**“É prematuro traçar um quadro sobre a qualidade da formação de ética nas faculdades de psicologia, mas posso imaginar que a disciplina não está sendo divulgada e discutida o bastante para que a atividade profissional seja transformadora”**

**Brônia Liebesny**



# A redução da idade penal



Perla Rossetti

No mundo inteiro há um aumento das diferentes expressões da violência, mesmo quando justificadas como legítimas. É o caso da morte de mulheres e crianças — “efeitos colaterais” da guerra ou a tortura nas gaiolas de Guantânamo.

A criminalidade é uma das expressões da violência, tão terrível como a imagem em tempo real dos jovens homens e mulheres-bomba explodindo o próprio corpo; como a imagem de crianças e adolescentes nas guerras do outro lado do planeta que empunham armas mortíferas abastecidas, como na África, pelo tráfico internacional.

Os índices de criminalidade aumentam assustadoramente (no sentido literal) e atravessam o mundo: países pobres e ricos, em especial, naqueles, como o nosso, onde a desigualdade social é mais exacerbada e determina, em uma mesma nação, pessoas com horizontes e direitos diferentes. Os jovens não se conformam com isto.

A criminalidade acompanha a história da humanidade, porque se ancora naquilo que também é constitutivo do humano: a destruição que assume formas e dimensões peculiares dependendo do tempo histórico. Atualmente, compreendê-la implica considerar o crime organizado e o tráfico internacional de armas e de drogas com seus lucros fantásticos e sua rede local e transnacional alojada nos poderes

legislativo, executivo e judiciário, em vários setores da sociedade e instituições. Não são os adolescentes (12 a 18 anos) e nem os jovens (15 a 25 anos) os mentores destas estratégias empresariais. Não são eles que ocupam estes lugares de poder. Embora, sejam cooptados cada vez mais jovens para o mundo do crime que oferece uma tabela de cargos e salários vantajosos (pesquisas da OIT) para o consumo daquilo que passa incessantemente diante de seus olhos, confere-lhe ícones de identidade, mas está distante de suas poses, do salário mínimo que recebe caso tenha conseguido uma vaga no mercado de trabalho onde os índices de desemprego retiram de seus pais o direito ao trabalho — uma garantia do pacto social e, portanto, da paz pública.

Isto vai revelando o mundo que construímos para nós, para as novas e futuras gerações. Como dizia S. Freud, em “O Mal Estar na Civilização” (1932), “o homem construiu um mundo difícil para viver”. E, como disse Hobsbawm em sua primorosa obra sobre o “breve século XX”, o principal enigma do final deste século é a ruptura das novas gerações com os valores da tradição, com os ensinamentos da história... o presente é contínuo e a violência faz parte dos padrões de sociabilidade onde “as pessoas nascem, crescem e se desenvolvem”.

É neste contexto que o Brasil é o terceiro país do mundo em homicídio de jovens (15 a 25 anos). Os dados mostram que os adolescentes de 12 a 18 anos participam em menos de 10% dos crimes no país, que menos de 10% dos atos infracionais praticados por adolescentes são crimes associados à vida e a maior parte é associada à propriedade; os dados mostram que para cada homicídio praticado por adolescente, dez são mortos. E São Paulo é o estado em que se matam mais jovens e é onde estão mais de 50% dos adolescentes brasileiros com prática de ato infracional. Há um desperdício de vidas.

O adolescente autor de ato infracional precisa ser responsabilizado por suas ações e condutas. Sempre. Como trabalhadores da área da saúde e educação sabemos a importância da apropriação das leis, da cultura para o desenvolvimento do indivíduo

como pessoa-cidadão. E, para esta responsabilização frente ao ato infracional, existe a lei: o Estatuto da Criança e do Adolescente, que embora considerada pela ONU a mais avançada do mundo, ainda não foi implementada na área do adolescente infrator por descaso dos governantes e pela intolerância de setores da sociedade. Qual a justificativa plausível para mudar uma lei que não foi implantada? Particularmente quando o Estado se mostra transgressor de suas responsabilidades como constatado pelo próprio Departamento da Criança e do Adolescente (anteriormente alocado no Ministério da Justiça) em seu “Mapeamento Nacional sobre Medidas Sócio-educativas de internação”, concluído em novembro/2002; em São Paulo, os adolescentes já vivem o sistema de vida carcerária na instituição Febem destinada ao processo sócio-educativo e assolada por denúncias de maus tratos, tortura e, em 2003, seis mortes (um funcionário e cinco internos). Os adolescentes saem cada vez mais violentos e perigosos da instituição que os brutaliza. A cidade tem medo dos adolescentes da Febem.

Nestas circunstâncias, a redução da idade penal ou da maioridade penal de 18 para 16, 14 anos, conforme projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, é um tema revelador da tentativa de construir uma cortina de fumaça para desviar o olhar da opinião pública das determinações da violência, da criminalidade. É a tentativa de localizar fora dos círculos do poder as raízes da violência. É mais uma tentativa de criminalização da pobreza e de reafirmação do binômio juventude-violência, cuja finalidade última é cultivar uma ótica vingativa e a intolerância. E aí nenhum futuro é possível.

O tema mobiliza a todos como pessoas-cidadãos de um mundo, particularmente nas grandes metrópoles, em que “já é um luxo não temer os demais seres humanos”. E, com certeza diz respeito a nós, psicólogos, que temos como vocação o trabalho de deslindamento do obscuro do humano, das tramas sociais e o compromisso radical de nenhuma neutralidade, conivência, omissão frente a violência.

! **Maria de Lourdes Trassi Teixeira**

## Vítimas de violência serão protegidas por Lei Municipal

A Lei 13.198, que prevê assistência às vítimas de violência, foi regulamentada pela Câmara Municipal de São Paulo, em outubro. Com esse dispositivo, as Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde, Segurança Urbana e de Educação deverão criar ações de prevenção, atendimento e redução dos casos de violência, com prioridade para os que forem praticados contra crianças e adolescentes. A regulamentação partiu da iniciativa da vereadora Lucila Pizani Gonçalves, através do Decreto nº 43.667 de 26 de agosto.



Subsede Bauru

# Direitos ou sanções para os jovens?

5ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente evoca novas discussões sobre maioridade penal, Eca e Febem.

Preocupados com a questão da violência realizada contra e por crianças e adolescentes, cerca de 1.300 profissionais discutiram a viabilidade e as formas mais adequadas de punição que não desrespeitem os direitos de bem estar estipulados no Estatuto da Criança e do Adolescente. Uma das questões exaustivamente debatidas foi o risco de se reduzir a maioridade penal. A discussão aconteceu na 5ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocorrida nos dias 26 e 27 de setembro, em Pederneiras, próximo a Bauru (SP) e organizada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Sistema Conselhos de Psicologia esteve representado pela coordenadora da Comissão da Criança, Adolescência e Família da subsede do CRP de Campinas, Carolina Freire de Carvalho de Carvalho. Eleita para ocupar uma vaga de Conselheira Municipal na área, ela acredita que a redução da maioridade penal envolve uma situação delicada que só ganha evidência no noticiário quando envolve um adolescente excluído, que mora na periferia, e outro de nível econômico superior. Carolina ressalta que a pressão para a mudança na lei se dá sem a observação de como isso está associado à população de baixa renda. "A opinião pública se deixa levar por um julgamento comprometido em que o adolescente é assassinado por um menor, e não por outro adolescente", desabafa, lembrando a repercussão provocada pela morte do casal de namorados em Embu (SP), em novembro.

Conselheira do CRP-SP e coordenadora da Comissão Gestora da subsede Bauru, Débora Cristina Fonseca lembra que os CRPs têm uma posição definida há muito tempo. "A questão não é de idade, é cultural, de como o Brasil trata a adolescência; que não está relacionada à capacidade de discernimento, porque os jovens não têm maturidade ou condições para avaliar alguns dos seus atos, pois a questão é do âmbito de política", comenta.

Carolina, que trabalha no Conselho de Direitos (CMDCA), garante que a psicologia tem sido escutada no município e que a subsede sempre é chamada nas decisões do CDCA local. Por estar profundamente envolvida com o tema, acredita que a Lei precisa ser repensada porque não tem sido implementada através de políticas de atendimento. "Não há escola, saúde ou diversão para a população de jovens carentes".

O Coordenador do Fórum Estadual de Direito da Criança e do Adolescente, Givanildo Manoel da Silva, informou que está sendo organizado um movimento contra a redução maioridade penal e afirmou que a atuação do governo é ineficiente. Givanildo diz que mudanças no ECA não resolvem o problema. Ele denuncia um agravamento do quadro com o aumento de internos nas unidades da Febem, que em 1999 tinha 3.700 adolescentes e hoje tem

6.300. "Não temos uma política de proteção ou preventiva como está previsto no Estatuto"

Ele explica que, para o ECA, o adolescente deve ser atendido sob todos os aspectos, incluindo casos de jovens privados de liberdade. Givanildo censura o pedido de revisão do ECA, insistência do Secretário da Educação do Estado de São Paulo, Gabriel Chalita, e do presidente da FEBEM, Paulo Sérgio Oliveira e Costa, que se valem da argumentação de que os culpados pelas rebeliões nas unidades são adolescentes com problemas psicológicos. "Assim o governo desobriga-se de ações importantes para a questão dos jovens infratores", diz.

Em relação a 5ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Givanildo lamenta seu subaproveitamento. Disse que ela já estava comprometida havia dois anos quando o governo do Estado interferiu colocando no CONDECA membros da sua administração para disputar vagas através da sociedade civil e que isso acabou com a paridade do conselho. "São Paulo enquanto Estado mais rico da Federação faz piada de mau gosto com a criança e adolescência e a sociedade paulistana acusa quem é vítima dessa falta do governo", critica.

Carolina concorda e também reprova o CONDECA que na sua opinião atrasou a discussão sobre as medidas sócio educativas na FEBEM durante a conferência "Os debates só começaram a uma hora da manhã, quando as pessoas já não tinham mais condições para continuar discutindo o assunto." Para o procurador da Justiça, Paulo Afonso de Garrido de Paula, o

projeto de mudanças do ECA sugerido pelo governador Geraldo Alckmin é uma forma disfarçada de reduzir a maioridade penal, aproveitando-se de um justo sentimento de revolta da população, afirmou em entrevista à "Folha de S.Paulo". "O governo está utilizando a estratégia do desfocamento, isto é, ele quer esconder sua omissão contumaz e histórica no enfrentamento à criminalidade juvenil."

**Disciplina** - Givanildo Silva, do FDCA, diz que a resposta à posição do governo já foi dada quando os participantes da 5ª Conferência aprovaram a proposta de disciplinar as medidas sócio-educativas na FEBEM. Seu texto é semelhante ao que foi ignorado na Resolução 18 do CONDECA em 1998 e que aguarda parecer do processo em análise na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A proposta atual só foi aprovada depois de configurado que os programas desenvolvidos pela FEBEM não possuem o registro obrigatório junto aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente em diversas unidades distribuídas pelo Estado, conforme determina o artigo 90 do ECA.

O documento propõe entre outros itens, a manutenção da escolarização e profissionalização dos internos, a garantia de assistência médica e odontológica, implementação de atividades regulares de cultura, esporte e lazer, integradas à comunidade. Impõe ainda que, as entidades governamentais e as ONGs devem submeter seus programas à avaliação dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente. ●

## Conferência Nacional

Contrário ao clima tenso da Conferência Estadual, a Conferência Nacional ocorreu, nos dias 01 ao dia 05 de dezembro, em Brasília, num clima de compromisso e solidariedade. Foi a primeira em que um presidente da República participa de sua abertura e envia a maioria de seus ministros para discutir as temáticas da assistência social, esporte, trabalho, justiça, cultura, educação, saúde. O secretário especial dos direitos humanos e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Sr. Nilmário Miranda, esteve praticamente em todos os dias de conferência. Para Carolina Freire, coordenadora da Comissão da Criança, Adolescência e Família da subsede do CRP de Campinas, a presença do presidente Luís Inácio Lula da Silva, bem como da maioria dos seus ministros ao longo dos debates da conferência, demonstrou o real compromisso e interesse deste Governo com as questões da infância. E mais, "a todo instante ressaltavam serem contra a redução da maioridade penal e sim a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente".



Subsede Campinas

## Ações contra a violência e exploração sexual

**Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil envolve aspectos sócio-econômicos e despreparo profissional.**

Erotização do afeto, reprodução do ciclo de violência entre famílias e uso da relação sexual como forma de poder foram os pontos analisados pela Comissão de Trabalho constituída para elaborar um plano mais efetivo de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, em Campinas.

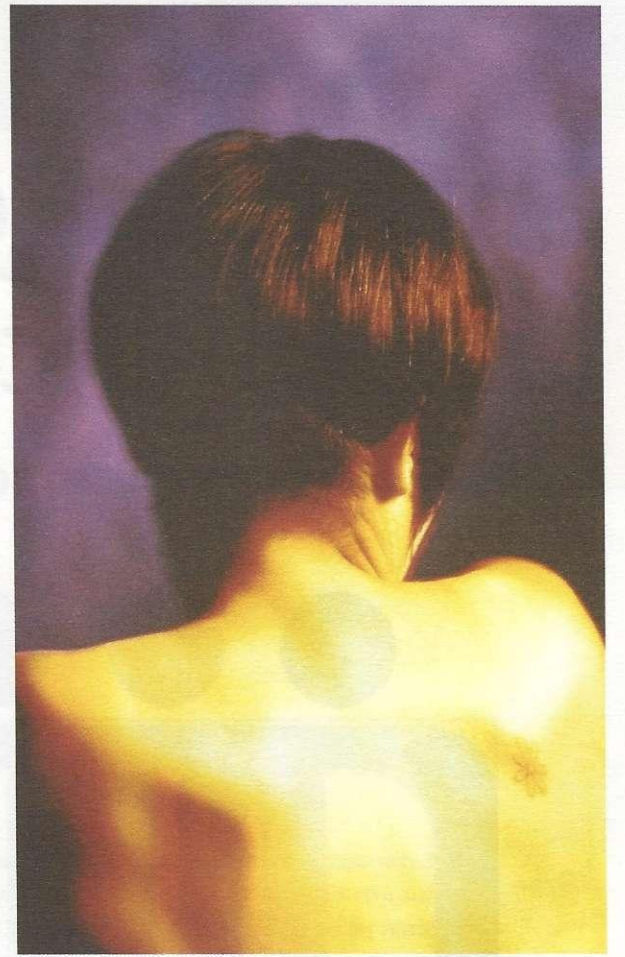
A comissão, formada por psicólogos, vereadores, ONGs, sociedade civil e órgão públicos, identificou as particularidades do problema na cidade, em seus vários aspectos, sejam sócio-econômicos, culturais ou históricos. Fazem parte da comissão Lucimara Martins Pereira, da subsede do CRP-SP de Campinas e membro da Comissão do Combate à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes do Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e as psicólogas da subsede Andrea Ferreira Martins, membro da Comissão gestora, e Carolina de Freitas de Carvalho de Carvalho.

Andrea conta que a iniciativa partiu da Comissão de Criança e Adolescente da Câmara Municipal de Campinas, que desde 18 de maio, Dia Nacional de Luta contra a Violência Sexual Infanto-juvenil, vem reunindo os profissionais nessa comissão. O documento é baseado no Plano Nacional de 2000 com algumas adaptações à realidade do município, como a vigilância da exploração sexual e a violência não doméstica, que acontece em qualquer ambiente. Especialista em violência doméstica, a psicóloga Lucimara explica que o plano municipal é amplo, tem muitos parceiros e

não terá uma implantação imediata, mas contempla a violência e a exploração. Antes, os únicos programas nesse sentido eram "Quebrando o Silêncio" da Prefeitura de Campinas, voltado para a violência doméstica, e o "Sentinela" do governo federal para violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Em Campinas o "Sentinela" é realizado pela ONG Centro de Atenção aos Maus Tratos na Infância.

A fiscalização para a aplicação dos termos do documento será feita pelo Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, do qual Carolina faz parte como delegada. Segundo dados do Conselho Tutelar de Campinas, no período de fevereiro a agosto de 2003, foram notificados 916 casos de violência doméstica e 75 de violência sexual, numa população de 600 mil habitantes.

Lucimara acredita que qualquer tipo de violência praticada contra crianças e adolescentes é um fenômeno desencadeado por uma soma de fatores. Para ela, o plano municipal depende da apresentação da denúncia, mas alerta que muitos profissionais não estão preparados para lidar com a violência doméstica e sexual. "Algumas pessoas têm idéias preconceituosas, acham que esse fenômeno só acontece com camadas mais pobres da população ou com certas idades". Lucimara acredita que a violência sexual é pouco abordada porque a formação profissional está comprometida em relação à violência doméstica e por isso



uma das ações do plano municipal é a capacitação de profissionais de várias áreas. "Não se fala de violência e exploração sexual nas faculdades, seja de direito, de medicina, psicologia ou serviço social e isso agrava a situação", diz.

Na psicologia clínica, ela afirma que só o atendimento terapêutico não resolve os casos de violência sexual e doméstica, porque envolveria a denúncia contra o agressor. "Os psicólogos clínicos têm dificuldade de lidar com a questão", revela. Ela adianta que os profissionais alegam que, além dos aspectos jurídicos, o sigilo profissional os impede de fazer as denúncias. Lucimara esclarece, no entanto, que o Código de Ética prevê exceções e a violência doméstica é um desses casos. ●

Subsede São José do Rio Preto

## Infância e adolescência em pauta

**Evento destaca trabalho de psicólogos com crianças e adolescentes e traz à tona a saúde mental e as políticas públicas**

O seminário "A Infância e Adolescência", que aconteceu no dia 28 de outubro, no Auditório da OAB, em São José do Rio Preto (SP), teve grande parte de suas discussões voltadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, assunto atual de debate na sociedade e no Congresso, em virtude de o ECA não ter sido efetivamente implantado. A coordenadora da Subsede, Maria José Berto, lembra que desde a instituição do Estatuto, em 1990, os psicólogos vêm apontando para a necessidade de um Fórum constante sobre a matéria.

No seminário, as palestras abordaram questões como a responsabilidade social e temas mais específicos para a categoria, como a atenção à criança e adolescente com problemas mentais, as penalizações adequadas para os adolescentes em conflito com a lei. "Através das medidas sócio-educativas, isto pode ser articulado

nos Conselhos Tutelares", defendeu a professora de psicologia da Universidade Metodista de Piracicaba e conselheira tutelar em Bauru, Débora Cristina Fonseca. "Eles devem estimular essa discussão junto aos órgãos de psicologia, serviço social e de direito para que implantemos o ECA de fato. Os Conselhos Tutelares têm um poder legal e político para isso, mas não há um compreensão adequada do que sejam", afirma.

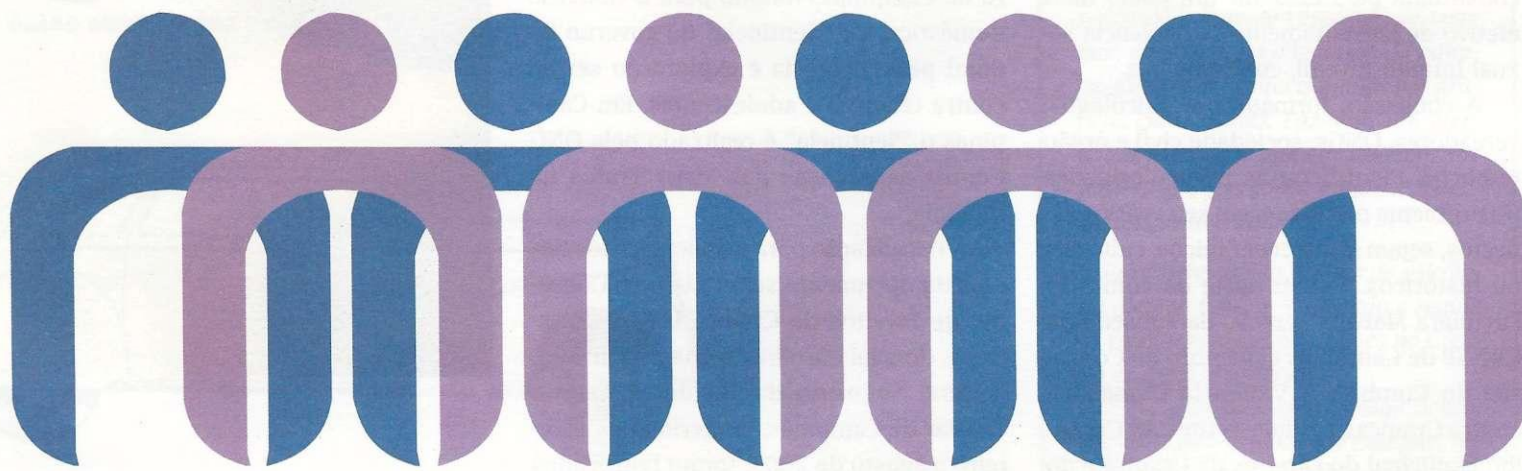
O destaque do evento foi a apresentação de uma nova prática de atendimento psicanalítico aos cuidadores da educação nas escolas municipais. Exercida por um grupo de psicólogos voluntários do Centro Rio Pretense de Estudos Psicanalíticos (CREP), o projeto tem mostrado a importância de ter o psicólogo atuando dentro de um serviço institucionalizado como a escola, explica Luís Tadeu Pessutto, mem-

bro do CREP. "Somos um grupo que estuda a psicologia educacional e percebemos a necessidade dos cuidadores de crianças e adolescentes, incluindo professores, diretores e funcionários da escola, falarem da angústia de suas relações com os alunos". Pessutto garante que já é possível notar melhoras no relacionamento da comunidade escolar.

O desenvolvimento infantil foi abordado na mesa "Atenção à Criança e Adolescente em Saúde Mental no Contexto das Políticas Públicas", da psicóloga da secretaria Municipal de saúde de Santos, Carla Bertuol. Ela alertou que, apesar da existência do Centro de Atenção Psicossocial, orientado pela portaria 224 do Ministério da Saúde, a discussão tem sido isolada em algumas prefeituras e transferida às ONGs por falta de ações mais consistentes. ●

# Entre na Rede: Psicologia lança banco de dados virtual

Trabalhos com compromisso social estarão disponibilizados na Internet



Em breve, estudantes, pesquisadores e profissionais de psicologia de todo o país poderão disponibilizar seus trabalhos, que estejam comprometidos com a transformação social, num banco virtual desenvolvido pelo Conselho Federal de Psicologia em parceria com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. O "Entre na Rede", uma espécie de canal de comunicação entre a sociedade, estudiosos e especialistas, tem como escopo a interação de informações que possam gerar mais conhecimento e prática nos setores sociais. "O projeto servirá para dar continuidade ao trabalho que começou na Mostra de Psicologia de 2000, em São Paulo, quando mais de 500 trabalhos com a marca do compromisso social foram recebidos", explica o conselheiro do CRP-SP, Sérgio Antonio da Silva Leite, um dos responsáveis pelo banco. "Queremos criar um tipo de serviço que permita a comunicação das pessoas, um instrumento que possibilite a integração do conhecimento", acrescenta.

O "Entre na Rede" permitirá a qualquer um, profissional, pesquisador ou estudante inserir o resumo de seu trabalho no sistema, assim como o acesso ao banco de dados, hospedado no site do CFP ([www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)). "Assim que entrar no sistema, o trabalho seguirá para análise de uma comissão julgadora", esclarece Sérgio Leite. Odette Pinheiro, que integra a comissão de psicólogos constituída para dar corpo ao projeto, reforça que "a proposta vai permitir a comunicação entre psicólogos e pesquisadores brasileiros que desenvolvem trabalhos de relevância social e interessados em produzir conhecimento com impacto na relação psicologia/sociedade brasileira".

Segundo os critérios estabelecidos, o "Entre na Rede" receberá práticas ou pesquisas comprometidas com o processo de inclusão social, independente da área da atuação, ou seja, propostas que visem principalmente a inserção dos setores histori-

camente marginalizados e excluídos. Também deverão constar práticas ou pesquisas que, além da inclusão, demonstrem compromisso com o processo de transformação social, isto é, propostas que impliquem na superação de relações sociais injustas visando à emancipação do homem e da sociedade.

O coordenador Sérgio Leite destaca os tipos de trabalhos que poderão ser incluídos no "Entre na Rede": resumos de práticas profissionais, concluídas ou em andamento, desenvolvidas pelos psicólogos; resumos de pesquisas concluídas ou em andamento e, ainda, resumos de trabalhos de conclusão de curso (TCC), iniciação científica e estágios desenvolvidos por alunos do curso de graduação em psicologia. "Neste último caso, o nome do professor supervisor/orientador deverá necessariamente aparecer como co-autor no campo indicado", antecipa.

Ele observa, também, que os participantes deverão ficar atentos ao formato do texto, obedecendo às seguintes características: o texto deverá ter até três mil caracteres, título, objetivo claramente descrito, resumo da metodologia utilizada, incluindo a população atingida, resumo

dos resultados observados, indicação da base teórica e breves observações sobre as implicações sociais do trabalho. "Certamente, este banco reflete a proposta atual do Sistema Conselho, que é abrir a psicologia para uma dimensão social ainda mais ampla", diz Sérgio Leite. Odette Pinheiro também está otimista em relação aos rumos do "Entre na Rede". "Esta forma pode vir a substituir os grandes congressos em que a grande quantidade de mesas e participantes levam à dispersão e à impossibilidade de debates mais consistentes entre pares", acredita. ●



## Critérios

A partir de fevereiro de 2004, o "Entre na Rede", banco virtual de práticas e pesquisas, estará à disposição daqueles que queiram inscrever seus trabalhos. Basta entrar no site do CRP-SP ([www.crp.org.br](http://www.crp.org.br)) e acessar o ícone do "Entre na Rede".

Os trabalhos deverão atender alguns critérios:

1. Estarem voltados ao compromisso social;
2. O texto não pode ultrapassar três mil caracteres;
3. Precisam estar assinados e com o endereço eletrônico para contato;
4. A redação precisa ser clara e sucinta.

Os trabalhos passarão por uma comissão avaliadora e, se aprovados, serão encaminhados para o setor de redação do banco que cuidará de dar a forma final ao texto.

A comissão responsável pela análise dos textos é formada por Sylvania Leser de Mello, Carmem Sílvia Taverna, Bader Sawaia, Isabel Kahn Marin, Odete Pinheiro e Sérgio Leite.

# Banco Social de Serviços em Psicologia começa a ganhar a sociedade

Já foram firmadas parcerias para intervenções em várias áreas.



Lançado oficialmente em agosto de 2003, o Banco Social de Serviços em Psicologia começa a ganhar estatua. Em pouco mais de dois meses, foram fechadas parcerias com projetos sociais de envergadura nacional e cadastrados 3.172 psicólogos que disponibilizaram horas de trabalho para intervenção profissional. O projeto, idealizado e criado pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo Sistema Conselhos Regionais, ecoou na Esplanada dos Ministérios em Brasília e sensibilizou autoridades do governo federal que viram no Banco a oportunidade de recorrerem ao conhecimento profissional e científico de uma categoria com disposição política e voltada para a transformação social.

Já estão em funcionamento parcerias em vários projetos (vide box nesta página). Esses projetos foram selecionados, porque se encaixam dentro do espírito do Banco Social que procura contribuir para a construção de cidadania dos excluídos da vida social brasileira, além de democratizar o acesso à psicologia, hoje elitizada. É o caso dos adolescentes em conflito com a lei.

Marcos Ferreira, coordenador nacional do Banco Social, diz que a dimensão alcançada por este programa deu uma visibilidade à psicologia nunca antes experimentada pela profissão. Ele considera que as parcerias firmadas para atuação em programas do governo federal demonstraram que a psicologia goza de credibilidade e respeito das instituições e autoridades públicas. E ressalta que a categoria está inaugurando uma forma diferente de contribuir para a transformação social. O Banco Social seria uma ferramenta política diferentemente do caracterizado pelo trabalho voluntário. "O Banco é, na verdade, um instrumento de engajamento político com vistas no compromisso social e na abertura do conhecimento àqueles que sempre estiveram excluídos", explica.

O Banco Social, ainda segundo seu coordenador nacional, é transformador e está mostrando à sociedade que a psicologia tem disposição, conhecimento e ferramentas que podem e devem ser utilizadas em vários campos antes ignorados. "Para ele, a contribuição da psicologia vai permitir que os Poderes constituídos percebam o quanto têm a ganhar com a contribuição da psicologia na construção de políticas públicas do país.

Maria Otacília Battistelli, coordenadora Operacional do Banco Social, revela o perfil dos protagonistas dos Projetos. "A maioria são mulheres formadas há cerca de dez anos. Acreditamos que cerca de 92% dos profissionais estejam em atividade", disse. Entre os consultores que participam das atividades do Banco estão: Ana Luíza Castro (vice-pre-

## Conheça os detalhes dos projetos atendidos pelo Banco Social:

**Grupo de Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego** - Em São Paulo, 117 psicólogos estão inscritos. Até fevereiro, Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina também iniciarão as atividades. Os profissionais atuam por meio da realização de grupos de discussão, apoiando trabalhadores que sofrem com a baixa auto-estima, dificultando seu retorno ao mercado de trabalho. O profissional vai procurar fortalecê-los na busca da nova ocupação, que não precisa ser, necessariamente, nos moldes de registro em carteira de trabalho. Para isso, será estimulado o trabalho em cooperativas, de acordo com as habilidades de cada um. O trabalho será estabelecido por um conjunto de psicólogos que vêm trabalhando com pesquisas e intervenção junto à população desempregada.

**Projeto de Medida Socio-Educativa em Meio Aberto** - Conta com o trabalho de 54 protagonistas, em São Paulo, que farão o acompanhamento de adolescentes em liberdade assistida, além de apoio às famílias e a inserção desse jovem no mercado de trabalho. Entre os parceiros, estão as unidades dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) do Belém, Interlagos e Sapopemba, além do SESC, que oferece oficinas de criatividade e atividades esportivas. O projeto atenderá jovens incluídos no Programa de Serviço à Comunidade. Neste caso, o psicólogo vai apoiar o adolescente a refazer seu projeto de vida. A partir de sondagens, as habilidades de cada jovem serão detectadas e, assim, definidas em que área ele prestará serviço à comunidade.

**Projeto de Acompanhamento aos Usuários do Programa "De Volta Para Casa"** - O psicólogo vai atender o usuário que está saindo de hospitais psiquiátricos e retornando à vida social, e acompanhar o processo de sua reinserção social. Em parceria com o Ministério da Saúde e com a Área Temática de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, 70 psicólogos já estão em atividade, fazendo o mapeamento de hospitais psiquiátricos para verificar quais são os pacientes que têm o perfil estabelecido pela Lei do Programa "De Volta Para Casa". O Projeto também está em andamento no Pernambuco.

**Projeto Sobre a Ética na TV** - É uma parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que organiza a campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania". Os psicólogos vão contribuir na articulação e criação de fóruns de debate sobre o tema em todo o território nacional. Os protagonistas serão habilitados a redigirem pareceres sobre programas televisivos denunciados por desrespeitarem os direitos humanos. Há 37 profissionais inscritos em São Paulo.

**Projeto de apoio a familiares e egressos de Instituições Penitenciárias** - O foco é a reinserção social do egresso do sistema penitenciário. Até o momento, 29 profissionais estão inscritos, em São Paulo. O programa está na fase de redefinição, realizando trabalho com familiares, na busca do restabelecimento das relações familiares.

**Formação de Psicólogos para Trabalhar em Conselhos de Movimentos Sociais** - Está sendo preparado. Os psicólogos atuarão como incentivadores de políticas públicas, em conselhos tutelares e outros. O projeto é dirigido aos psicólogos inscritos, mas que não poderão participar dos demais projetos em virtude de serem poucos os inscritos ou porque as autoridades da região não tenham se interessado na realização de parceria com os Conselhos.

sidente do Conselho Federal de Psicologia), Maria de Lourdes Teixeira (PUC/SP), Marta Elizabeth de Souza (coordenadora de Saúde Mental do Estado de Minas Gerais), Ana Maria P. Lopes (presidente do CRP/SC), Fátima França (presidente da Assoc. Brasileira de Psicologia Jurídica), entre outros. ●

## Psicólogo, participe você também!

Psicólogo, inscreva-se no Banco Social de Serviços em Psicologia.

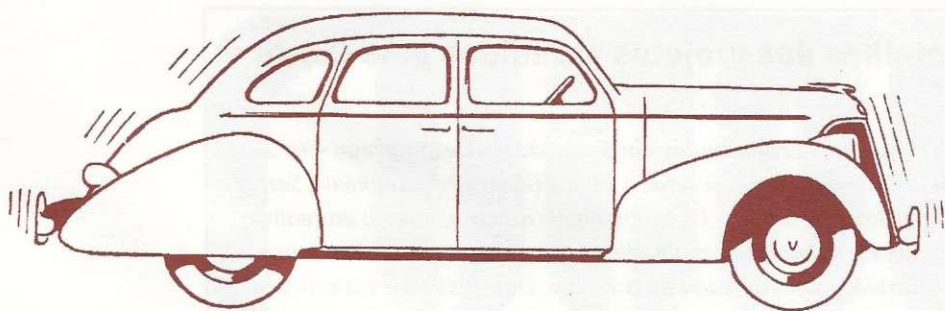
Escolha seu projeto e dê sua contribuição para ajudar o Brasil na sua transformação social.

INSCREVA-SE: [www.bancosocialpsi.org.br](http://www.bancosocialpsi.org.br)

Em caso de dúvidas, ligue para o atendimento aos protagonistas no 0800 7727233.

# Avaliação psicológica para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação na mira da fiscalização

**CRP-SP começa a verificar as condições em que os testes são aplicados e se estão autorizados pelo CFP**



Não se pode negar a necessidade de locomoção e a correlação do transporte e o progresso urbano. Nossa dependência pelo automóvel é incontestável. São mais de quatro milhões de veículos transitando só na cidade de São Paulo. O que por um lado significa benefício e avanço, por outro pode representar problemas sociais de dimensões imensuráveis. Os automóveis aparecem no topo de gráficos estatísticos relacionados à perda da vida. São muitos os acidentes com vítimas fatais, seqüelas e danos materiais tanto na Capital como no interior. Campanhas educativas contribuíram para as mudanças adequadas de comportamento do condutor, mas este processo não consegue atingir a toda população.

Autoridades de trânsito têm poder de polícia no objetivo de zelar pela observância das normas relativas ao tráfego de veículos, impondo-lhes regras para fluidez e direcionamento. Mas não basta. A política deve ser preventiva e, pensando nisso, a legislação obriga que o futuro condutor seja submetido à avaliação psicológica e exames clínicos no intuito de checar suas condições psíquicas e físicas. De acordo com a Associação Nacional de Psicologia do Trânsito, em todo Brasil, os exames psicológicos, evitam, a cada ano, que cerca de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) candidatos inaptos para a condução de veículos sejam colocados nas ruas e estradas brasileiras. No entanto, uma ramificação do que deveria ser uma ferramenta de controle pode colocar em cheque a garantia que os testes psicológicos proporcionam.

Se a avaliação psicológica é realizada sem a seriedade devida ou se a qualidade do teste é questionável, é certo que as ruas receberão motoristas despreparados, tornando o trânsito uma ameaça. Não foi à toa que o CRP-SP assumiu a fiscalização das clínicas

habilitadas para aquela finalidade, contra as quais surgem freqüentemente denúncias de irregularidades.

Segundo a coordenadora da Comissão de Orientação do Conselho, Chica Hatakeyama Guimarães, as queixas mais comuns dão conta de que clínicas funcionam em locais inadequados, realizando avaliações em corredores de passagem, locais sem qualquer privacidade, o que compromete o resultado da avaliação tanto do ponto de vista técnico quanto ético. Técnico, pois não permite a concentração, a atenção e o *rappor*t, ou seja, as condições necessárias para os candidatos realizarem a avaliação. E ético por permitir a quebra do sigilo. Por esta razão, a exigência para que as avaliações sejam realizadas em locais adequados, sem o vazamento do som.

A recomendação do CRP-SP é que o psicólogo deve manter-se informado sobre os testes consultando os sites do conselho ([www.crp.org.br](http://www.crp.org.br)) e do CFP ([www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)). Além disso, o profissional deve estar atento se o instrumento que ele está usando é adequado, referenciado na Resolução CFP 2/2003 que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos.

Outro aspecto que também preocupa o CRP-SP: a distribuição desigual de candidatos por parte das auto-escolas. "A grande questão que pode comprometer os resultados dos testes de avaliação psicológica é a falta de distribuição equitativa nas clínicas. Ou seja, todo o profissional credenciado no Detran presta serviço de natureza pública e a distribuição igualitária garantiria que os psicólogos tivessem o mesmo número de exames", comenta Ana Paula Jardim, psicóloga da subseção de Ribeirão Preto, que trabalhou por oito anos com testes psicotécnicos. "Sem uma política de distribuição equitativa, o psicólogo acaba sendo indicado por auto-esco-

## Comissão de Orientação alerta para o uso de material falsificado

O CRP-SP recomenda que o psicólogo utilize material original na realização das avaliações. O uso de material falsificado, impresso em gráfica não autorizada pelas editoras, poderia, em tese, estar infringindo o Código de Ética e estar sujeito a processo ético.

No caso das avaliações para a obtenção da CNH, tem-se verificado a presença de folhas de respostas de teste que, embora com o logotipo da editora, são cópias confeccionadas por gráficas clandestinas. Fazemos um alerta aos psicólogos que não utilizem tais materiais e passem a adquirir exemplares junto à editora.

É da responsabilidade ética do psicólogo atentar para esta questão e seguir as recomendações constantes no Código de Ética Profissional:

Art. 2º — é vedado ao psicólogo: acumular-se com pessoas que exerçam, ilegalmente, a profissão de psicólogo ou qualquer outra atividade profissional. Este artigo alerta também para que os psicólogos não permitam a aplicação/correção dos testes por parte de profissionais que não sejam psicólogos (exceto no caso de estagiários de Psicologia, devidamente supervisionado).

É bom lembrar que o uso dos testes é privativo dos psicólogos, conforme o artigo 13 da Lei nº 4.119, de 27/08/1962, que regulamenta a profissão. Mais um motivo para o zelo da qualidade da avaliação psicológica.

A Comissão de Orientação do CRP-SP observa que o material original é vendido com nota fiscal e apresenta as seguintes características:

- a) o papel é especial, um pouco mais grosso do que a cópia;
- b) o material original vem preso em blocos de 50, embora a editora possa vender em quantidades menores; e
- c) cada folha recebe uma numeração própria, sendo que o bloco tem uma numeração seqüencial não podendo haver, inclusive, repetições nesta numeração.

Assim, é fundamental que o psicólogo, ao realizar a compra, peça a nota fiscal que discrimina a quantidade do material bem como a data da emissão da nota. Os fiscais do Conselho poderão pedir a apresentação da nota fiscal, uma forma de o psicólogo demonstrar que está cumprindo com o que se espera dele no exercício profissional: qualidade técnica e ética dos serviços prestados à população.

A tentativa da Comissão de Orientação é bem informar os psicólogos, principalmente, agora com as fiscalizações em curso, cuja primeira etapa encerrou-se dia 12 de dezembro. A segunda fase, de retorno dos fiscais para verificar se houve o acerto das situações irregulares encontradas pelos fiscais, deve começar na segunda semana de janeiro. Os psicólogos têm um prazo para providenciar a regularização.

“A principal característica do profissional que aplica os testes psicológicos é a imparcialidade. Neste caso, o psicólogo é um perito e, se não houver isenção de interesse, o resultado será tendencioso”

Ana Paula Jardim

las que podem fazer certas exigências, como 100% de aprovação”, afirma Ana Paula.

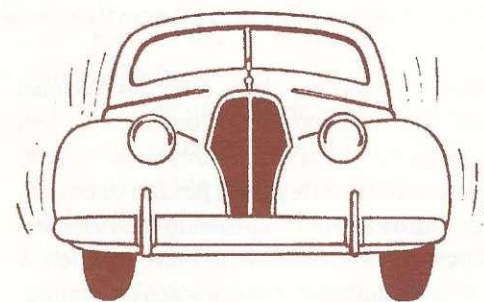
O tráfico de influência representa transgressão a esta distribuição equitativa, o que traz implicações éticas para o psicólogo. Mesmo porque esse profissional, pela legislação do CFP, pode realizar no máximo 10 avaliações/dia, exatamente pensando-se no tempo necessário para que elas recebam o devido cuidado que requerem. Assim, o desrespeito de ambas as situações acima pode levar o psicólogo a ter que responder a um processo ético junto ao CRP-SP. Toda a legislação existe para impedir a inevitável queda da qualidade do serviço prestado pelo psicólogo tendo em vista não tornar ainda mais dramático os quadros estatísticos dos acidentes de trânsito.

“A principal característica do profissional

que aplica os testes psicológicos é a imparcialidade. Neste caso, o psicólogo é um perito e, se não houver isenção de interesse, o resultado será tendencioso. Outro problema é com o livre credenciamento no Detran, que acaba congestionando o mercado. A oferta fica maior do que a procura, a concorrência acirra-se e cresce a possibilidade de se tornar um serviço corrompido”, acredita Ana Paula.

Segundo ela, “existem muitos profissionais que respondem ao compromisso com excelência. Mas como em todas as profissões, sempre há quem aja de má fé”. Por isso, fiscalizar é de suma importância e é papel do Detran e do Conselho de Psicologia. Ao Conselho cabe o papel de mediação entre a categoria e os usuários dos serviços. Nesta medida, o CRP-SP fiscaliza o exercício profissional em qualquer área em que ele ocorra.

Nada mais do que cumprir uma das finalidades pelas quais o Sistema Conselhos das diversas profissões foi criado. As fiscalizações também cumprem a finalidade de orientar a categoria com relação ao exercício, pois, muitas vezes o profissional não se dá conta de que está realizando o seu trabalho de forma inadequada técnica ou eticamente. ●



INFORME PUBLICITÁRIO

Aqui você estava no primário e era conhecido como o aluno mais **calmo e paciente**.

Aqui você estava no colégio, **refletindo** sobre que profissão ia seguir.

E aqui você decidiu que seria um **profissional 5 estrelas**.



Aqui você já era o melhor **conselheiro** entre os seus amigos da oitava série.

Aqui, como não podia deixar de ser, você se formou em **Psicologia**.

DEBRITO

#### **Cursos Lato Sensu**

- Famílias
- Psicopedagogia

#### **Cursos de Extensão**

- Teste Palográfico
- Capacitação para psicólogo responsável pela avaliação psicológica perito examinador no trânsito
- Teste Psicodiagnóstico Miocinético – PMK
- Teste Wartegg
- Educação Sexual e Planejamento Familiar
- Psicopatologia

#### **MATRÍCULAS ABERTAS**

##### **Campus São Miguel**

Av. Dr. Ussiel Cirilo, 225 - 08060-070 - São Paulo - SP

##### **Campus Anália Franco**

Av. Regente Feijó, 1295 - 03342-000 - São Paulo - SP

##### **Campus Liberdade**

R. Galvão Bueno, 868 - 01506-000 - São Paulo - SP

##### **Informações**

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Tel. (11) 6956-2979 e 6137-6734  
pos@unicsul.br

**OUTROS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA, DIREITO, ENFERMAGEM, ODONTOLOGIA, ARQUITETURA E MBA.**

**PÓS-GRADUAÇÃO UNICSUL. A DIFERENÇA ENTRE SER BOM E SER MELHOR.**

Telefones: 6956-2979 e 6137-6734  
www.unicsul.br pos@unicsul.br



**UNICSUL**  
universidade cruzeiro do sul



# Psicologia entra na luta pela democratização da comunicação do país

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação quer pluralizar a mídia no país

Embora criado em 1991, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação tem ganhado força nos últimos três anos. O FNDC chegou ao status de pessoa jurídica cinco anos mais tarde e vem congregando inúmeras entidades da sociedade civil, entre as quais o CFP, para enfrentar os vários nós da comunicação no país. Talvez o maior deles, na visão do conselheiro Sérgio Leite, coordenador da Comissão de Comunicação do CRP-SP, seja a concentração das grandes redes de comunicação de massa nas mãos de poucas famílias. Para ele, é preciso quebrar este monopólio que, tendo em vista apenas o lucro e interesses particulares, não cumpre seu papel social de criar cidadania e cultura.

"Hoje, nove famílias são donas de 90% dos veículos de comunicação do País. A radiodifusão não pode ser tratada como uma lógica de mercado", reforça o coordenador de Comunicação do Conselho Federal de Psicologia, Ricardo Moretzsohn. Isto dificulta a democratização da informação e a imparcialidade. "O Sistema Conselhos Regionais de Psicologia começou a entrar nisso porque essa não é uma bandeira que deve apenas ser levantada só por pessoas da área de Comunicação e, sim, pela sociedade civil organizada", afirma. No Brasil, como em vários outros países, vê-se um poder desmedido nas mãos de poucos.

O Fórum elaborou na IX Plenária, realizada em junho de 2002 no Rio de Janeiro, um projeto nacional de caráter popular que foi entregue ao Governo Federal, propondo a discussão da regulamentação da área das comunicações e a sua revisão. Constituído com a idéia de construir políticas de controle público dos meios de comunicação, de reestruturar o mercado na área das comunicações e de contribuir para definir uma política de desenvolvimento da cultura do país por meio da mídia, o Fórum pretende com este programa que a mídia coloque-se a serviço da democracia, da cidadania e da nacionalidade. Pelo documento, a política pública apresentada pelo Fórum tem como objetivos a requalificação das relações sociais em torno dos sistemas, práticas e conteúdos pertinentes à Comunicação Social; o compartilhamento de responsabilidades públicas entre o governo federal, o setor privado e a sociedade civil em torno da estruturação do mercado e dos sistemas de Comunicação Social e, ainda, a orientação da Comunicação Social pelo interesse público e a afirmação da democracia e da pluralidade na sua atuação.

O texto ressalta, também, que a Comunicação Social exerce determinações sobre a cultura, a política e a economia. É o segmento que compreende os meios eletrônicos (rádio, tv aberta e por assinatura), os meios impressos (jornais, revistas e periódicos) e todos os demais meios resultantes das tecnologias eletrônicas e digitais da informação.

Há cerca de dois anos, o Conselho Federal de Psicologia foi indicado para integrar o Fórum, participando das coordenações executiva e deliberativa como representante da sociedade civil. "No Fórum, todas as entidades são diretamente ligadas à área da Co-

municação Social. Neste caso, temos uma especificidade: a rigor, não há nenhuma vinculação direta da psicologia com a questão da comunicação. Mas somos uma entidade da sociedade civil preocupada com a questão", declara Moretzsohn. "Nós estamos começando a entender que o problema da comunicação é tão importante quanto o da educação, afinal, estamos falando do grande sistema de formação de consciência", resume Sérgio Leite.

**Regionalização** - O FNDC já se desdobra em comitês regionais. Até o momento são quatro, sendo que um deles funciona na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Desde o segundo semestre de 2003, o CRP-SP faz parte oficialmente desse Comitê.

Na X Plenária do FNDC, realizada no comitê paulista, foi criada a Quinzena "Democracia na Comunicação: de Todos para Todos", que aconteceu de 17 de outubro a 9 de novembro. Na Plenária, foram definidos os eixos de atuação que deverão nortear o planejamento do Fórum em 2004, com ênfase na mobilização social em torno da democratização da comunicação produzindo compreensão, denúncia e ações políticas contra os monopólios da comunicação no Brasil e lutando pela garantia da presença da pluralidade de atores. A reunião também estabeleceu a necessidade de se definir uma política de reorganização dos comitês regionais de forma democrática e transparente.

Sérgio Leite considera fundamental a participação dos psicólogos no processo. "Nós, do CRP, queremos criar dentro do Conselho, um grupo formado por psicólogos que atuam nesta intersecção entre psicologia e comunicação. Esse grupo vai discutir essa relação e também deverá passar a atuar na mediação com o comitê regional", antecipa Leite. Os profissionais interessados em participar podem entrar em contato com a Comissão de Comunicação pelo email [webmaster@crpsp.org.br](mailto:webmaster@crpsp.org.br)

**MANIFESTO** - A ação mais recente do FNDC foi uma carta aberta ao Governo Lula, manifestando a preocupação com a transparência, ou a falta dela, em torno das negociações mantidas entre o BNDES e as empresas de comunicação, que solicitam empréstimos para se manterem funcionando. O Fórum observa que o empréstimo deve ser fei-

to publicamente e dentro de critérios que contenham contrapartidas sociais.

Os signatários do manifesto gostariam de ver respondidas as seguintes questões:

- O que caracteriza a crise da mídia?
- Qual sua abrangência?
- Qual será a extensão do programa de apoio às empresas?
- Quais segmentos ele irá beneficiar?
- Como se dará esse tipo de ajuda? E em que condições?
- Se algumas empresas cometeram equívocos administrativos no passado, o que garante que não os repetirão?
- Só as empresas endividadas terão acesso ao financiamento? E aquelas que não se endividaram e querem expandir seus negócios ou viabilizar a transição tecnológica?
- Só as empresas do eixo Rio-São Paulo serão beneficiadas ou haverá uma preocupação com a mídia regional?
- Só as empresas privadas receberão ajuda? Como ficam as instituições e entidades que integram as redes pública e estatal de rádio e TV, vítimas de uma grave crise financeira?

Entidades nacionais que atualmente integram o FNDC:

- Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRACO)
- Central Única dos Trabalhadores (CUT Nacional)
- Conselho Federal de Psicologia (CFP)
- Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS)
- Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (FITERT)
- Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)
- Juventude Socialista do PDT
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
- Rede Brasil de Comunicação Cidadã (RBC)
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Cinematográfica do Rio de Janeiro (STIC)
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Cinematográfica de SP (SINDICINE)
- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES)
- Sociedade de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)
- União de Redes Radiofônicas (Escritório Brasileiro da Amarc-Unirr-Amarc) •

“Nós estamos começando a entender que o problema da Comunicação é tão importante quanto o da Educação, afinal, estamos falando do grande sistema de formação de consciência”

Sérgio Leite



Psicólogo, se você atua na área na intersecção entre a psicologia e a comunicação e tem interesse de participar de um grupo de trabalho do CRP-SP sobre o tema, entre em contato com a Comissão de Comunicação do Conselho pelo e-mail [webmaster@crpsp.org.br](mailto:webmaster@crpsp.org.br)

# Análise da formação dos psicólogos em diferentes países da América Latina

Formação é objeto de estudo da ULAPSI.

Os novos tempos em que vivemos trouxeram preocupação, em todos os campos, com a união de esforços e políticas no âmbito da América Latina. A psicologia não escapou. Desde 1994, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) empenha-se para que os problemas da psicologia sejam enfrentados conjuntamente na América Latina. Hoje o CFP não está sozinho. O Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, que congrega 16 entidades de psicologia, encontra-se envolvido com o desenvolvimento e fortalecimento da União Latino Americana de Psicologia (ULAPSI) que comemorou em São Paulo, no dia 21 de novembro, seu primeiro ano de vida.

Esse coletivo tem, entre suas preocupações, a formação do psicólogo.

Para a presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Inara Leão, a questão da formação nos diversos países da América Latina é um tema que ainda merece maiores pesquisas e aprofundamento para permitir uma avaliação consistente. "Entretanto, sabemos que toda a psicologia desenvolvida nos últimos anos está profundamente marcada pelo aspecto social e político que marcou os diversos países nas últimas décadas", destaca. Segundo ela, "isto levou que a ênfase fosse centrada na formação voltada para a exploração da subjetividade individual, entendida como produto particular, desvinculado das realidades sociais. Basicamente direcionou a formação para o exercício da clínica em consultórios particulares", informa.

No entanto, conforme a presidente da ABEP, isto não desmerece trabalhos importantes como os desenvolvidos na Argentina, na área da clínica e muitos ou-

tros, como a construção da teoria da professora Silvia Lane, no Brasil, os trabalhos de Martin Baró e os do grupo da Venezuela com a professora Maritza Monteiro. "Sabemos que citar exemplos é sempre muito perigoso, porque estamos sujeitos ao esquecimento de outros igualmente importantes e ainda ao desconhecimento de muitos. Atualmente vemos uma efervescência de novas preocupações e trabalhos se dando no interior de entidades como a ULAPSI, a Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) e mesmo em espaços institucionais, como é o caso do âmbito do MERCOSUL. Podemos perceber que se tenta trabalhar no sentido de construir conhecimentos mais vinculados à realidade social dos países e considerar a subjetividade como estando sob determinados aspectos sociais e não mais como uma existência inata", finaliza.

ULAPSI -O secretário Executivo da ULAPSI, Raúl Rocha Romero, adianta que a entidade, fundada em 2002 com a intenção de integrar os psicólogos da América Latina em seu fazer científico e profissional em benefício das transformações sociais, pretende elaborar uma espécie de mapa de como está sendo a formação dos psicólogos nas universidades da América Latina (graduação e pós-graduação). Ele é assertivo em dizer que este é um ponto muito importante. "A partir dessa análise, estaremos em condições de planejar, com sugestões, diretrizes, conteúdos para a formação de profissionais comprometidos com as condições sociais, políticas e econômicas da região e do avanço da psicologia como disciplina universal", afirma.

"Pensar em integrar os psicólogos latino-americanos exige esforços que conduzem ao conhecimento pleno não só da

sociedade em que cada profissional está inserido, mas da realidade do conjunto de todo o continente", diz. Raúl reconhece que esta estratégia é eminentemente política e não só acadêmica. "Trata-se de como queremos que se formem os psicólogos em virtude dos graves problemas que afetam nossa região", finaliza. ●

INFORME PUBLICITÁRIO

**Mestrado e Doutorado**  
**São Francisco**

RECOMENDADOS  
PELA MEC

Inscrições  
• Alunos Regulares  
1/12/2003 a 3/2/2004  
• Alunos Especiais  
1 a 3/3/2004

**Psicologia**  
Área de Concentração:  
Avaliação Psicológica

Informações  
(11) 4534-8046  
4534-8040

UNIVERSIDADE  
SÃO FRANCISCO

mestrado@saofrancisco.edu.br www.saofrancisco.edu.br

curso de especialização

**PSICANÁLISE  
DA CRIANÇA**

duração 3 anos



Inscrições abertas para a turma de 2004

informações: tel 3866-2730 ou visite nosso  
site: www.sedes.org.br

# Educação inclusiva, uma revolução a caminho

Escolas se adaptam e recebem crianças com comprometimento orgânico, que antes só tinham direito às classes especiais.

A educação inclusiva deixou de ser um projeto para entrar nas salas de aula das escolas comuns de ensino regular. Este conceito ganhou forma em 1994 com a Declaração de Salamanca, Espanha, que analisou as mudanças fundamentais de políticas necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando as escolas no atendimento a todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais. O documento da Unesco foi inspirado na idéia de integração e no reconhecimento da necessidade de ação para conseguir escolas para todos, no reconhecimento das diferenças, na promoção da aprendizagem e no atendimento às necessidades de cada um com vistas à universalização do ensino e à eficácia educativa. Mais de 90 países, entre eles o Brasil, assinaram a Declaração de Salamanca e seus princípios estão sendo adotados por algumas administrações públicas, como a da cidade de São Paulo.

Adriana Marcondes, psicóloga do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da USP, revela que as Sub-prefeituras da capital estão se instrumentalizando para atender as demandas que a prática inclusiva exige. "A inclusão escolar produz necessidades que só podem ser atendidas por uma rede de apoio", diz. "Quando uma criança com comprometimento orgânico é matriculada, a Sub-prefeitura reúne as coordenadorias de educação, saúde e cultura da região para discutir como adequar a escola e o coletivo frente a este aluno", esclarece ela. Segundo Adriana Marcondes, a Coordenadoria do Patrimônio da Prefeitura é, então, aci-

onada para providenciar condições materiais e estrutura física que atendam as mudanças, seja na construção de rampas de acesso ou de uma escrivaninha de estudos adaptada às condições da criança.

Ao mesmo tempo, são realizadas reuniões de professores que se dedicam a trabalhar o planejamento pedagógico. Adriana Marcondes conta que é nesse momento que entra o psicólogo da área de educação, que, junto ao corpo docente, estabelece estratégias para equacionar situações novas de naturezas diversas.

Para Maria Teresa Mantoan, professora dos cursos de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp/SP e coordenadora de um grupo de pesquisa da Universidade, o Laboratório de Estudos e Pesquisa em Ensino e Diversidade - LEPED, o acesso, a permanência e o prosseguimento à escola é um direito de todos os alunos com e sem deficiência. Na Constituição de 1969, os alunos com deficiência eram sujeitos da Educação Especial. Os avanços da Constituição de 1988 asseguraram a esses alunos o direito de frequentar as escolas comuns, especialmente no Ensino Fundamental, quando a escolarização é obrigatória. "A educação especial, sendo uma modalidade", complementa, "não pode substituir os níveis de ensino, em classes especiais de escolas comuns, ou em escolas especiais de instituições governamentais e não governamentais".

Esse fato já demonstraria por si só o caráter inclusivo da educação, segundo ela. Para a professora Mantoan, para que a inclusão deixe de ser uma intenção e se concretize é preciso mudar as escolas, que ainda reagem às diferenças dos alunos

com medidas excludentes, admitindo em suas turmas alunos, classificados por desempenho acadêmico, sujeitando-os a avaliações de caráter meramente classificatório e a uma organização curricular que elege a instrução, por meio de um ensino transmissivo, meritocrático, elitista, que segrega e/ou exclui os que não correspondem ao ideal do escolar em programas compensatórios, como os "reforços, acelerações, turmas especiais e de adaptação".

Trabalhando há mais de 10 anos em sistemas de ensino paulista e de outros estados, ela coordena os projetos escolares que "viraram a escola do avesso", reorganizando-os pedagogicamente, de modo que pudessem atender às diferenças. Na opinião da professora Mantoan, os professores resistem à inclusão porque é impossível conciliar o discurso inclusivo das redes de ensino com as velhas práticas de ensino. Ela diz que há de existir coerência conceitual, de princípios, competência e vontade para que a inclusão aconteça plenamente, pois até então, grande parte das iniciativas que se dizem inclusivas não atendem aos requisitos dessa inovação educacional.

O que existe, no geral, na constatação da professora Mantoan, são escolas que desenvolvem projetos de inserção parcial, que não estão associados à transformações de base e que restringem os seus excluídos aos alunos com deficiência.

O Ministério Público tem assumido papel importante na conscientização de prefeitos, escolas especiais públicas e filantrópicas, secretários de educação e conselhos de educação. "Alguns procuradores e promotores estão se empenhando muito, no



“Devemos devolver ao coletivo o que não é individual, adotando práticas, currículos escolares, estrutura física, sistema de avaliação, horário de recreio que comportem todas as crianças”

Adriana Marcondes

sentido de esclarecer os pais de alunos excluídos, com e sem deficiência, sobre a importância de todas as crianças estudarem em uma escola única, em que as gerações aprendam a reconhecer e valorizar as diferenças, desde as primeiras experiências educacionais. O MP está participando conosco da luta em favor da observância do direito de ser, sendo diferente, nas escolas”, concluiu a profa. Mantoan.

Adriana Marcondes é igualmente incisiva ao condenar a individualização da questão. Ela reinventa o conceito de “direitos para todos” e diz que na educação inclusiva este princípio deveria receber outro tratamento: “direitos para qualquer um”. Para ela, não adianta universalizar a cidadania se não se criam ferramentas para exercê-la. “Qualquer criança tem que aprender no espaço escolar”, afirma.

Marcondes reconhece que a educação inclusiva é um território com grande potencial para produzir fracassos. “É onde se costumam tratar as diferenças como questões individuais”, ressalta. “Como a cegueira consegue atravessar o território escolar?”, questiona ela. “Transformando a escola onde se caiba a cegueira”, esclarece. “Devemos devolver ao coletivo o que não é individual, adotando práticas, currículos escolares, estrutura física, sistema

de avaliação, horário de recreio que comportem todas as crianças”, acrescenta.

Para ela, passou da hora de o coletivo aprender a compartilhar seu espaço com a cegueira e outras limitações sejam de ordem física, mental, social ou cultural. Adriana Marcondes acredita que a educação inclusiva só vai ter sucesso se se partir da idéia de que fazemos parte de um mesmo grupo onde não se ressaltam as particularidades, a começar por conceitos com conotações individualistas. “Criança tem que ser chamada de criança, não de portadora de deficiência, portadora de necessidades educativas especiais ou de criança inclusiva”, adverte.

Ela explica que a convivência no coletivo de uma criança com comprometimento orgânico não é só socialmente justo. Há o aspecto pedagógico. A interação fora do ambiente familiar traz muitos benefícios no aprendizado dessas crianças. “Elas passam a ser valorizadas culturalmente pela sociedade e pela escola”, afirma. Adriana Marcondes assegura que a educação inclusiva tem o papel de tornar a vida destas crianças melhor. “A coisa mais gostosa é quando os amigos vêm, fazem bagunça, colocam-na num lugar importante, o que para a família, porque a superprotege, é difícil”, conclui. ●



## CFP lança campanha pela educação inclusiva em 2004

O tema da campanha que o Conselho Federal de Psicologia vai lançar em 2004 é “Educação Inclusiva, os Direitos na Escola”. A campanha é nacional e todas as Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais estão discutindo o tema. Dentro do contexto da campanha, será debatido o lema “Por uma Escola Mundo, onde Caibam Todos os Mundos”. Maria da Graça Marchina Gonçalves, coordenadora da Comissão de DH da Regional de São Paulo, diz que a temática foi escolhida, porque é uma área sobre a qual os psicólogos têm muito a dizer. “Queremos que a campanha chame a atenção para a necessidade de se trabalhar o respeito à diversidade e também para a necessidade de que a escola se modifique para incluir a diversidade”, explica.

Mas observa que a psicologia, ao ter valorizado as diferenças, pode ter trabalho pela exclusão. “Precisamos fazer uma reflexão do que produzimos na nossa história dentro dessa área e verificar qual o direcionamento que estamos tomando”, sugere. “Queremos discutir a educação inclusiva que está na lei e nos projetos de políticas educacionais do país”, acrescenta.

A campanha está sendo divulgada (no dia 22 de novembro foi realizado um debate no CRP-SP) e serão organizadas programações regionais, assim como foi com a campanha do preconceito racial. “A gente pretende fazer uma série de debates, na linha da discussão do preconceito, e levantar informações sobre a verdadeira realidade da educação inclusiva, de como estão se desenvolvendo os projetos”, diz

Maria da Graça. Ela adianta que não se tem uma noção clara de como está a educação inclusiva no país. “Há algumas estatísticas que mostram que boa parte da população, aquela que precisa de um atendimento especial, está excluída da escola”, revela. Ela diz que esta parcela da sociedade não tem acesso à escola e quando tem é para as chamadas “classes especiais”. “Uma dupla exclusão. Ou pelo não acesso ou pelo acesso que acaba por não incluir”, condena.

Ela explica que a campanha se propõe a apropriar-se dessas informações, mapear esta realidade, fazer um diagnóstico da situação e colocá-la à disposição de pesquisas da psicologia para propor soluções para a inclusão na educação.

# Adolescências Construídas: a visão da Psicologia Sócio-histórica

Originado em grande parte no Núcleo de Estudos "Adolescente: concepções e questões emergentes" do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o livro *Adolescências Construídas: a Visão da Psicologia Sócio-histórica* é composto por trabalhos sobre adolescentes, desenvolvidos por alunos e professores ao longo dos últimos cinco anos. Já na apresentação da obra, Sergio Ozella, o organizador, nos aponta a existência de dois eixos principais que norteiam os doze artigos que compõem o livro: o primeiro é a inspiração na Psicologia Sócio-Histórica de Lev Semenovitch Vigotski, revisitada por Sílvia Lane, e, conseqüente ao primeiro eixo, a contraposição dos estudos e pesquisas apresentados à visão tradicional e ainda hegemônica da Psicologia no que concerne às questões da adolescência.

Estes eixos conduzem as temáticas centrais dos dois artigos que compõem a primeira parte do livro denominada *Concepções sobre Adolescência*. O artigo de Sergio Ozella nos brinda com uma apreciação das abordagens psicológicas calcadas nas visões liberal e sócio-histórica da adolescência, instigando o repensar crítico da nossa prática profissional do ponto de vista teórico e ideológico, elementos não dissociáveis. Já o artigo de Maria da Graça Marchina Gonçalves, sobre a concepção de adolescência veiculada pela mídia televisiva, analisa com desenvoltura o discurso dos programas de TV focados nos adolescentes, numa pesquisa na qual a criatividade da metodologia adotada transforma em ação-conhecimento as proposições discutidas no artigo de Sergio Ozella.

*Adolescência e Sexualidade e Exclusão e Situações de Risco*, respectivamente partes II e III do livro, abordam a construção de significados e sentidos em diversos temas, tais como, a escolha do parceiro afetivo e sexual entre adolescentes negros; a orientação materna no pré-natal de adolescentes grávidas; a prostituição na experiência adolescente; a construção da subjetividade de adolescentes em situação de rua e o relato das experiências de adolescentes em processo de retorno à família após anos de vida nas ruas de São Paulo. Tais pesquisas marcam não apenas pelo inegável valor criativo de seus temas, mas pela denotação de uma inquietação social em busca de estabelecer compromissos de transformação.

A parte IV do livro, *O Trabalho e a Escolha Profissional*, reúne cinco artigos que discutem as conseqüências das transformações contemporâneas nas relações de trabalho e suas implicações na construção de projetos de vida; o significado da escolha profissional para jovens negros e de camadas populares; a construção de sentido nas atuais relações de trabalho e o sofrimento na busca do primeiro emprego entre jovens psicólogos. Neste último artigo, Danilca Rodrigues Galdini e Juliana Berzin nos apresentam dados importantíssimos sobre a percepção que a sociedade tem do que seja o trabalho do

psicólogo, o perfil dos estudantes de psicologia, o que pensam do curso de graduação que os forma e o sentido da profissão para os jovens formandos. As conclusões das autoras nos remetem a inquietantes questionamentos sobre o modelo dicotômico e positivista-liberal com que os jovens psicólogos apreendem a realidade e que os aliena do próprio trabalho, que se apresenta, assim, desfocado e excludente. Os dados obtidos na pesquisa apontam a predominância da dicotomia entre homem e sociedade, presente em boa parte das teorias psicológicas, afirmam a sociedade como algo externo, independente e contrário ao homem, dotando este de uma liberdade/independência imamente e auto-suficiente capaz de garantir a própria saúde. Ao se contraporem a estas concepções, as autoras nos oferecem uma análise crítica capaz de superar a fragmentação e as dicotomias que têm dominado nosso campo de conhecimento.

Na perspectiva dos autores do livro em questão, a psicologia é historicamente aquilo que dela fazemos com nosso trabalho de psicólogos e pesquisadores, refletindo nossas preocupações e nossas formas de ser. É o trabalho do psicólogo como ação real no mundo concreto que reafirma a teoria como critério de verdade. Assim sendo, a psicologia sócio-histórica que embasa os artigos desta coletânea nos oferece uma saída para o modelo positivista-liberal. Considera o homem forjado na historicidade em que se constrói dialeticamente, sujeito de uma condição humana configurada na construção da própria sociedade em que vive. Os autores não rechaçam a preocupação com a saúde psicológica, mas a concebem a partir da capacidade de enfrentamento da realidade que transcende a doença como referente. Não há espaço nesta obra para afirmativas universalizantes sobre o sujeito, que ao ser modelo de todos se refere sempre ao mesmo, dicotomizado num mundo estático.

Os temas tratados nos doze artigos que compõem a obra em questão fogem da atração pela cultura do imediato e do pragmatismo para a busca do conhecimento mediado numa sociedade convertida em sujeito. Ao pensar a sociedade e o indivíduo como unidade em relação dialética mediada pela linguagem constituinte de sujeitos produtores de significados e sentidos, permite-nos compreender o sujeito num contexto social e historicamente delimitado que não só se assume como campo de ocorrência, mas, fundamentalmente, como elemento de sua própria configuração. Contextualizar o sujeito sobre o qual falamos liberta-o da máscara que o mantém eternamente o mesmo e, concomitante, liberta também a nós, psicólogos, da mesmice que nos confunde com o senso-comum.

Os artigos desta coletânea são a prova da criatividade de estudiosos que pesquisam não para reafirmar teorias, mas para construí-las. Esse me parece o ponto alto e a maior relevância da obra. Não esperem encontrar



**Adolescências Construídas: a visão da  
Psicologia Sócio-histórica**

Sergio Ozella (org.)  
São Paulo: Cortez Editora, 2003. 349p.

em *Adolescências Construídas: uma Visão da Psicologia Sócio-histórica* o adolescente das crises, rebeldias e patologias normais e sim jovens que trabalham, estudam, estão em situação de risco nas ruas ou configuram uma gama de outras possibilidades que compõem a vida dos jovens contemporâneos. É a psicologia exercendo sua função de dar voz e vez a camadas antes excluídas do seu discurso porque impedidas de serem compreendidas em suas condições, possibilitando que ao mesmo tempo em que trabalhamos os sujeitos concretos de nosso tempo estejamos apreendendo as questões da sociedade em que se inserem. É uma psicologia com sabor de Brasil, mesmo que seja, por vezes, um sabor amargo. A presente obra vem preencher uma lacuna que certamente irá contribuir para a revisão dos conceitos ainda dominantes de uma adolescência estereotipada em suas crises.

A diversidade dos temas e dos métodos adotados confere um valor inegável como obra de referência também para pesquisadores com outros interesses que não a adolescência e de outras áreas que não a psicologia, já que na própria análise dos conteúdos das pesquisas é possível percebermos a transdisciplinaridade com que os assuntos são abordados. Não se trata de confundir a psicologia com as demais ciências humanas e sociais, mas incluí-la nos debates sobre as questões contemporâneas como uma ciência que contribui sobremaneira para a inteligibilidade do complexo diálogo do homem com sua realidade, extraindo conteúdos simbólicos e desdobrando novas significações que nos permitem o acesso aos subtextos contidos na experiência humana. A coletânea nos deixa claro que assumir a perspectiva sócio-histórica é abrir mão de qualquer pretensa neutralidade e limite frente ao conhecimento.

Plural, diverso, contraditório e ambíguo o sujeito apresentado nessa obra está aqui entre nós, nas calçadas, ruas, empresas e escolas, está dentro e fora, tem muitas cores, projetos, significados e sentidos a construir. A grande contribuição deste livro, além da construção de novos conhecimentos, é subsidiar as ações do nosso trabalho cotidiano, de nossas escolhas profissionais e, a julgar pelas temáticas abordadas, nos impulsionar para uma profissão cada vez mais engajada com seu tempo e responsável por sua gente.

**Célia Ferreira Novaes**

Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP  
Professora do Depto de Psicologia da PUC-Rio  
novaes@psi.puc-rio.br

## Estante

### **Circuitos da Solidão - Entre a Clínica e a Cultura**

O texto fala sobre a solidão, os estados e sentimentos a ela associados. Apresenta um percurso pelos diferentes caminhos dessa condição humana, especificamente a partir do século XIX até nossos dias. O autor e psicanalista Bernardo Tanis vai percorrendo com delicadeza os meandros das diferentes solidões, através de textos literários, cinema e clínica psicanalítica, ressaltando suas diferentes representações. A metáfora dos *circuitos* revela as várias formas de solidão, a contextualização metapsicológica das mesmas, e o modo pelo qual o individual e o coletivo nelas se articulam. *Editora Casa do Psicólogo - Fapesp, (11) 3034-3600, 205 págs, R\$ 27,00.*

### **Constituição do Sujeito e Estrutura Familiar**

O livro aborda um tema fundamental para a prática da psicanálise com crianças: em que medida as determinações do que se passa com a criança dizem respeito à singularidade de sua posição subjetiva e em que medida são uma resposta ao que se passa na estrutura familiar? Com precioso ditadismo, a autora faz um exaustivo levantamento sobre o tema da constituição do sujeito nas teorias de Freud e Lacan e sobre o complexo de Édipo, mostrando que a concepção do psicanalista sobre o papel dos pais nessa constituição determina sua maneira de entender e conduzir a clínica psicanalítica com crianças. *Editora Cabral, (012) 224-4414, págs 210, R\$ 30,00.*

### **A Viagem, da Literatura à Psicanálise**

A primeira parte da obra de Noemi Moritz Kon é composta pela novela "A Viagem - De Paris a Quillebeuf sur Seine", uma "ficção instrumental" e relata uma viagem de trem na qual um escritor e cinco médicos (Freud entre eles), recém-saídos de uma exibição de Charcot no hospital da Salpêtrière, narram experiências pessoais no campo do fantástico, do milagroso e do misterioso. Do confronto dessas opiniões, delinea-se a pergunta fundamental do

livro: que relação haveria entre a chamada literatura fantástica e o surgimento da psicanálise? Na segunda parte, "Os bastidores", uma espécie de *making-of* de "A viagem": uma apresentação de como a pesquisa teórica inicial acabou por se metamorfosear na sua versão literária. *Editora Companhia das Letras, (11) 3707-3500, 409 págs, R\$ R\$ 43,00.*

### **Psicologia do Esporte - Teoria e Prática**

A organizadora da obra, Kátia Rubio, reuniu trabalhos sobre psicanálise, cognitismo, behaviorismo radical, psicodrama, psicologia social, psicologia analítica e gestalt como referencial teórico, resultado das pesquisas de um grupo crescente de psicólogos que têm se dedicado a desenvolver a psicologia do esporte brasileiro, considerando as particularidades das modalidades no país e dos atletas que convivem com uma realidade específica. Essa reflexão vem sendo acelerada desde 2001 com a criação do registro de especialista em psicologia do esporte brasileiro e das tentativas de troca nessa área. *Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 268 págs, R\$ 27,00.*

### **Sismos e Acomodações - A Clínica Psicanalítica como Usina de Idéias**

Esta coletânea de artigos expressa mais de trinta anos de experiência com a vida mental iniciada no campo da psiquiatria clínica e logo expandida para o campo da psicanálise que, malgrado sua juventude, já produziu um impressionante acervo metodológico e epistemológico para alicerçar uma prática constantemente sujeita aos abalos da turbulência emocional. A energia liberada por este procedimento é essencialmente criativa, mas só poderá ser utilizada como tal, se puder ser acomodada num continente que lhe confira algum significado, liberando o sujeito para sofrer novos abalos. *Luiz Carlos Uchôa Junqueira Filho. Editora Rosaris, (11) 5571-7704, 324 págs, R\$ 41,00.*

### **Habilidades Sociais, Desenvolvimento e Aprendizagem**

O trabalho é resultado do primeiro

encontro do grupo Relações Interpessoais e Competência Social, que se reuniu em Águas de Lindóia, em 2002, no encontro bienal da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. A organização dos textos é de Almir Del Prette e Zilda Pereira Del Prette. Os estudos apresentados, embora tenham questões e recortes diferenciados, se tocam em muitos aspectos e, algumas vezes, se integram e se complementam. A obra pode interessar a diferentes disciplinas da psicologia (escolar, desenvolvimento, clínica) e também da pedagogia, educação, ciências sociais etc. bem como a todos que se preocupam com o tema das relações humanas. *Editora Átomo e Alínea, (19) 3232-9340, 298 págs, R\$25,60.*

### **Cidadania, Surdez e Linguagem**

Organizado por profissionais do Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação da Universidade de Campinas (CEPRE/UNICAMP), que desde 1970 é voltado para pesquisa e atuação nas áreas de surdez e deficiência visual. É uma coletânea de artigos sobre a surdez e as formas de permitir a cidadania ativa do deficiente auditivo no mundo em que vive, em sua família e em sua comunidade. Profissionais de diversas áreas mostram e discutem conceitos, métodos e resultados de seus trabalhos. *Editora Plexus, (11) 3862-3530, 248 págs, R\$ 37,60.*

### **Idosos, Família e Cultura**

O objetivo da obra é investigar como se institui o papel do cuidador e quais os significados dessa experiência, para esses cuidadores, fundamentado na tese de que a construção do papel de cuidador e a resignificação do familiar, como demente, transcorrem ao longo do processo de convivência, segundo as experiências pessoais e as práticas socioculturais das famílias. A intenção da autora Silvia Maria Azevedo dos Santos é ampliar o corpo de conhecimentos acerca do processo de cuidar de idosos na esfera doméstica. *Editora Átomo e Alínea, (19) 3232-9340, 216 págs, R\$22,40.*



## Pós-Graduação Lato Sensu 2004 Saúde e Educação



# COGEAE. Para sua carreira. Para sua vida.

**ABORDAGEM JUNGUIANA:  
LEITURA DA REALIDADE E  
METODOLOGIA DE TRABALHO**  
Início em 4 de março

**CLÍNICA INTERDISCIPLINAR  
COM O BEBÊ – A SAÚDE FÍSICA  
E PSÍQUICA NA PRIMEIRA INFÂNCIA  
(do nascimento até os 3 anos)**  
Início em 12 de março

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA  
E A DEFICIÊNCIA MENTAL**  
Início em 17 de fevereiro

**ENFERMAGEM OBSTÉTRICA**  
Início em 2 de março

**FONOAUDIOLOGIA: LINGUAGEM,  
AUDIÇÃO E VOZ**  
Início em 5 de março

**GERONTOLOGIA\***

**MEDIAÇÃO: INTERVENÇÕES  
SISTÊMICAS PARA RESOLUÇÃO  
DE CONFLITOS E DISPUTAS  
EM DIFERENTES CONTEXTOS\*\***  
Início em 10 de março

**PSICANÁLISE E LINGUAGEM:  
UMA OUTRA PSICOPATOLOGIA**  
Início em 12 de março

**PSICODRAMA –  
CURSO DE FORMAÇÃO**  
Início em 5 de março

**PSICOLOGIA CLÍNICA –  
TEORIA PSICANALÍTICA**  
Início em 9 de março

**PSICOLOGIA E SAÚDE –  
PSICOLOGIA HOSPITALAR**  
Início em 5 de março

**PSICOPEDAGOGIA**  
Início em 8 de março

**SEMIÓTICA PSICANALÍTICA**  
Início em 2 de março

**TERAPIA FAMILIAR E DE CASAL**  
Início em 9 de março

Informações:

(11) 3873-3155

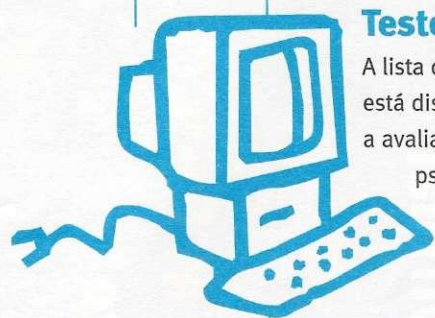
info@cogee.pucsp.br  
http://cogee.pucsp.br

COGEAE Especialização, aperfeiçoamento, extensão e respeito.

PONTIFÍCIA  
UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
DE SÃO PAULO



*Você com todo o respeito.*



### Testes Psicológicos

A lista de testes psicológicos em condições de uso pelo Conselho Federal de Psicologia está disponível no site [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br). Os psicólogos podem consultar documentos sobre a avaliação dos testes, resoluções, editais, pareceres, comissão consultiva em avaliação psicológica, novidades, respostas para as perguntas mais frequentes e o que diz a legislação a respeito. Os dados estão dispostos no Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos – SATEPSI. Os psicólogos deverão se manter atentos para novos editais autorizando outros testes psicológicos para uso do profissional.

### V Congresso Nacional de Psicologia

Fique atento: o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo marcou para os dias 2 e 3 de abril o Pré-Congresso para o V Congresso Nacional de Psicologia. Em 14, 15 e 16 de maio, acontece o 5º Congresso Regional. O Nacional será em junho, em Brasília. As teses apresentadas no Pré-Congresso serão remetidas para análise da organização do evento nacional e em seguida voltam para a apreciação no Congresso Regional, onde serão selecionadas para o 5º Congresso Nacional, cujo tema é "Protagonismo Social da Psicologia: as Urgências Brasileiras e a Construção de Respostas da Psicologia às Necessidades Sociais". O V Congresso Nacional da Psicologia é a instância máxima de decisões do Sistema Conselho e vai definir as diretrizes para a gestão 2004/2007. Participe! Informe-se sobre as datas na subseção do CRP-SP mais próxima. Mais informações na seção Serviços no [www.crsp.org.br](http://www.crsp.org.br)

### Novas instalações para o Grande ABC

Para melhorar o atendimento aos psicólogos, o CRP-SP comprou um novo imóvel para a subseção do Grande ABC. A comissão gestora estuda uma reforma no prédio e pretende inaugurar as novas instalações em abril de 2004. A região atendida pela subseção (São Caetano, Santo André, Mauá, Diadema e Ribeirão Pires) tem cerca de seis mil psicólogos ativos. O endereço é rua Almirante Tamandaré, 426, Jardim Bela Vista, Santo André (SP).

### Campanha Fique Legal. Fique em dia com a Psicologia.

Os psicólogos receberão o Carnê do Banco do Brasil para o pagamento da anuidade de 2004, no valor de R\$ 198, com opção de pagamento em cota única com desconto até 29 de fevereiro ou pagamento em 3 parcelas de R\$ 66, com vencimentos em 31/01, 28/02 e 31/03. Os conselhos de psicologia mantêm a campanha "Fique Legal, Fique em dia com a Psicologia" para esclarecer aos psicólogos a importância do pagamento das anuidades. A regularização do psicólogo pode ser feita no Departamento de Atendimento do CRP-SP que explicará a política de parcelamento dos débitos. A direção do Conselho lembra que por Lei depois de um ano sem o pagamento da taxa, o psicólogo tem seu nome inscrito na Dívida Ativa da União por não pagar a contribuição da qual está obrigado, de acordo com a Lei 5.766 que rege o exercício profissional, artigo 26, parágrafo VI.

### Fórum discute privação de liberdade

Uma Frente Ampla Contra a Privação de Liberdade foi constituída durante o Fórum Social Brasileiro. Da elaboração, participaram instituições contrárias às formas de privação de liberdade em hospitais psiquiátricos, prisões, Febem e asilos. A Frente promoveu debates durante o Fórum com a participação de psicólogos, psicanalistas, filósofos, da Promotora de Justiça de Igarapé (MG), Luciana Telles Machado da Silva e da juíza, Maria Lúcia Karam, da Comissão pela Reforma Prisional no Rio de Janeiro.

### Título de Especialista em Psicologia Social Atenção para o prazo de 15 de março

Os psicólogos que desejarem obter o título de especialista em Psicologia Social por meio da comprovação de 5 anos de experiência profissional têm até 15/03/2004 para dar entrada na solicitação. A recomendação da direção do Conselho é que os profissionais não deixem para a última hora este pedido. Os psicólogos devem verificar as condições e os documentos necessários no site [www.crsp.org.br](http://www.crsp.org.br). Depois desse prazo restarão duas outras possibilidades para obtenção do título: concurso de provas e títulos ou curso de especialização credenciado pelo CFP. O título e o registro foram aprovados na Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras dos Conselhos de Psicologia, em maio desse ano. A Resolução do CFP Nº 005/2003 foi publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de junho de 2003.

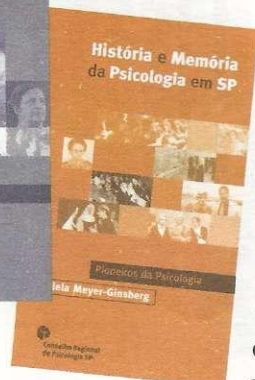
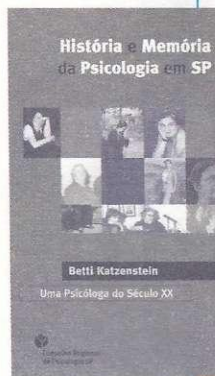
### Memória da Psicologia

No dia 3 de novembro, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo lançou mais duas obras da Coleção História e Memória da Psicologia em São Paulo: Betti Katzenstein e Aniela Meyer-Ginsberg. Através de depoimentos e imagens os documentários retratam a história de duas psicólogas, nas áreas de Desenvolvimento, Clínica, Educacional e Social.

Betti Katzenstein – Uma Psicóloga do Século XX foi produzido pela Narrativa Um – Projetos e Pesquisas de História, com direção Roney Cytrynowicz e Aniela Meyer-Ginsberg contou com a elaboração da Fundação Aniela e Tadeusz Ginsberg, com direção de Fernão da Costa Ciampa.

Esses e outros volumes da Coleção História e Memória da Psicologia em São Paulo já estão a venda. Os interessados podem solicitar os volumes através do site [www.crsp.org.br](http://www.crsp.org.br), acesse serviços.

- a.. VOL. I – Imagens de Maguí, Maria Margarida de Carvalho
- b.. VOL. II – Pioneiros da Psicologia do Esporte, João Carvalhes
- c.. VOL. III – Betti Katzenstein – Uma Psicóloga do Século XX
- d.. VOL. IV – A Psicologia no Serviço Público em Campinas, Reflexos da História
- e.. VOL. V - Aniela Meyer-Ginsberg



### A psicologia brasileira perde Paulo Rosas

O Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco comunicou o falecimento, aos 73 anos de idade, do professor Paulo da Silveira Rosas, dia 18 de novembro. O professor trabalhava no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e era presidente do Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas. Paulo Rosas sofreu uma embolia pulmonar, após voo com destino à Paris, onde ficaria para representar o Centro Paulo Freire em evento da UNESCO. Ele estava acompanhado da esposa Argentina Rosas. No dia 21 de dezembro, o departamento de Psicologia da UFPE prestou homenagem ao professor, considerado ilustre personalidade na história da psicologia de Pernambuco e do Brasil. O corpo de Paulo Rosas foi sepultado em Recife (PE) em 29 de novembro.

### Eleições do CRP-SP em 2004

Está marcada para 27 de agosto de 2004 a eleição para o triênio 2004/07 dos conselheiros do CRP-SP. No próximo dia 10 de fevereiro, será realizada, na sede do CRP-SP, a Assembléia Geral Extraordinária para a escolha da Comissão Regional Eleitoral. O prazo final para a inscrição de chapas para a disputa eleitoral é 16 de maio, último dia do V Congresso Regional da Psicologia. A Resolução CFP nº 002/2000, de 01 de julho de 2000, referente ao Regimento Eleitoral, estará à disposição no site do CRP-SP. Estão aptos a votar os psicólogos que estejam em dia com a tesouraria até a data da eleição, bem como em pleno gozo de seus direitos (Art. 3º, §1º). É importante que todos os psicólogos atualizem o seu endereço no Conselho para receberem as informações do processo eleitoral. Lembramos que o voto é obrigatório e que o psicólogo das cidades, onde não houver mesas eleitorais, poderá votar por correspondência. A eleição escolherá 15 cargos de conselheiro-efetivo e 15 de conselheiro-suplente.



### Concurso para Títulos de Especialista

Já está confirmada a realização do Concurso de Provas para Concessão de Títulos de Especialista nas áreas de Psicologia Clínica, do Esporte, do Trânsito, Psicomotricidade e Psicopedagogia. A prova de conhecimentos teóricos e práticos está marcada para o dia 18 de abril de 2004. O período de inscrições vai do dia 12 de janeiro à 12 de março de 2004. O valor das inscrições é de R\$120,00. Mais informações, acesse [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)